

O ensino discriminatório: liceu e escola técnica — resultados de um inquérito¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é dado a público com atraso: decorreram quatro anos desde o levantamento dos dados! Normalmente, a publicação dos resultados de uma pesquisa bastante tempo após a recolha dos valores é, na opinião corrente dos especialistas, uma falha imperdoável. A rápida apresentação das conclusões, além de ser uma obrigação para com os inquiridos ou para com os directamente interessados pela investigação, é uma das exigências da objectividade científica. Poderá pois ser útil nomear as principais razões da demora.

Embora não sendo fácil destacá-las, uma primeira causa de atraso residiu na dificuldade de uma investigação deste tipo. A formação escolar, por melhor que seja, não facilita a experiência necessária para organizar e racionalizar o trabalho. Muitos são os esforços em vão, produtos do entusiasmo inocente, muitas as confusões antes de se acertar o passo. Numa palavra, perde-se tempo. Uma pesquisa é um trabalho complexo. Exige, para além de sólidos conhecimentos teóricos, um domínio avultado do exercício prático. Não se falando nas qualidades pessoais, referidas por Pauline Young², que nem sempre existem ou não estão presentes em todos os momentos: maturidade intelectual, imaginação controlável, capacidade de resistência ao cansaço, espírito intuitivo e subtil, capacidade para reflectir e integrar na globalidade as inter-relações e interacções das unidades de observação, etc. Se algum dos motivos do atraso se compreendem melhor após a enumeração precedente, deve-se citar um outro, de relevante importância: a falta de um grupo de trabalho. Executar sozinho uma tarefa como

¹ O presente artigo foi extraído pelo secretariado da redacção de *Análise Social* de um trabalho mais amplo, originariamente elaborado como dissertação final do curso de Sociologia, frequentado pelo autor no antigo I. S. E. S. E. de Évora, actualmente Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça.

² Pauline V. Young, *Scientific Social Surveys and Research. An Introduction to the Background, Content, Methods and Analysis of Social Studies*, Nova Iorque, Prentice-Hall Inc., 5.^a ed., 1947. A autora menciona outros requisitos indispensáveis à observação científica. Não julgo interessante mencioná-los, por não respeitarem directamente à investigação em curso, entrando no domínio da técnica social, cuja discussão não pertence a este trabalho.

esta é um erro. A colaboração é indispensável, estimulando, inovando, diversificando a investigação, garantindo a sua continuidade. A realização desta pesquisa mostrou que não se deve encetar uma investigação social sem haver sido formada uma equipa de técnicos colaboradores.

Esperamos, depois do que ficou escrito, que se desculpe mais facilmente o tempo decorrido, desde 1971 a 1973, entre o início e o termo do trabalho realizado. Mas depois outras razões de demora se vieram acrescentar: um prolongado estágio de estudos no estrangeiro e, posteriormente, dificuldades materiais e institucionais do G. I. S., que entretanto se oferecera para publicar o nosso estudo.

O texto compõe-se de duas partes. Na parte I expõe-se abreviadamente a teoria e as técnicas que serviram de suporte à recolha, tratamento e apresentação dos dados³. Não se trata, é evidente, de uma reflexão teórica sobre os métodos de investigação social. É somente uma introdução à parte II. Esta, a parte II, apresenta os resultados obtidos e as conclusões resultantes da sua análise. É o corpo do trabalho propriamente dito.

E depois? Que utilidade poderá resultar desta investigação? Especialmente, que vantagens advirão para os inquiridos, ou, melhor, para os principais interessados no aproveitamento das conclusões? Não nos pertence responder, o que não nos impede de formular a questão. Devemos contudo sublinhar a estreita afinidade da problemática aqui abordada com a que levou o M. E. I. C. a definir as «bases programáticas da unificação do ensino secundário»⁴.

I

ASPECTOS TEÓRICOS E TÉCNICOS DE BASE

1. EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA

1.1 O início do nosso trabalho foi fortemente caracterizado por uma multiplicidade de ideias simultâneas sobre o tópico da pesquisa e a técnica de investigação a utilizar. Tais ideias vinham marcadas pelo «espontaneísmo». É útil referi-lo, na medida em que ajuda a apreciar o que agora se apresenta. Também é importante retirar as ilações mais incisivas.

O «espontaneísmo», se não provocou lacunas de objectividade científica, causou imperfeições: certos dados revelaram-se supérfluos; outros, directamente ligados ao problema objectivado, não foram tocados ou foram no apenas superficialmente. Comprometeu, por outro lado, a continuidade da experiência encetada. A investigação é uma tarefa difícil e morosa, exigindo grandes qualidades de trabalho e perseverança. À «paixão momentânea», que provoca o referido «espontaneísmo», e à sua aliada, a inexperiência, sucedem-se os momentos de desânimo, de desinteresse.

Pareceu importante introduzir antes do problema esta nota prévia. Contribui, estamos convictos, para esclarecer determinados erros. Dá a

³ Na versão original deste trabalho, como «dissertação» do fim do curso de Sociologia do I. S. E. S. E., esta parte I era muito mais extensa, entrando amplamente no pormenor técnico da pesquisa efectuada. Aqui pareceu-nos adequado tratar mais abreviadamente esta matéria.

⁴ Vd., por exemplo, *Diário de Notícias* de 13 de Agosto de 1975, p. 8.

conhecer, de outro modo, a maneira como nos ligámos ao assunto da pesquisa.

1.2 A escolha do tema de uma pesquisa é influenciada pelo *background* do investigador. É este um dos momentos em que se fazem sentir os valores que informam o seu quadro de referência.

A nossa socialização decorreu na cidade de Évora. Dos valores existentes recebemos, predominantemente, os de um estrato social de atributos bem peculiares. Destes, o mais evidente era a dependência económica e social em que se encontrava perante os outros estratos citadinos. O estrato aparecia como «urbano», conceito adaptado à cidade em questão e que convém compreender por oposição a «suburbano», isto é, dos bairros periféricos⁵. Nestes, os valores partilhados e desenvolvidos conservavam fortes características do mundo rural.

De entre os valores em causa pode destacar-se um, importante pelo consenso geral com ele relacionado e igualmente por nos ter tocado pessoalmente: a dualidade liceu-escola técnica. Segundo o sistema de referência do estrato a que pertencíamos, estas duas instituições⁶ equivaliam a duas realidades, separadas e contraditórias. Assim, «aceitava-se» que para o liceu (L. N.) fossem os filhos dos estratos citadinos superiores e os filhos das famílias lavradoras, que, não pertencentes à cidade, reuniam condições económicas para garantir essa participação. Nessa escola poderiam, eventualmente, topar-se alunos provenientes dos estratos mais baixos — mas, geralmente, da cidade: perder-se-iam no contexto social próprio à escola. Eram os «muito bons». Quantas vezes não fora o professor primário a empurrar a família para essa situação! Ao menos, «que se deixasse o rapaz tentar»! E, para que ele não perdesse de vista que se tratava somente de uma tentativa, dizia-se-lhe que, «se chumbasse alguma vez», acabaria, na melhor das hipóteses, na escola técnica (E. T.), ou, mais vulgarmente, numa oficina. Para a E. T., ou «escolas», como era genericamente conhecida, iam os urbanos «pobres», os filhos de estratos citadinos dominados ou os nascidos em famílias «mais remediadas» (comerciantes, agricultores, pequenos proprietários). A divisão social, pressuposto de base, materializava-se no tipo de estabelecimento de ensino frequentado. Era um dos indicadores de «separação social», facilmente apreensível, por ser problema que se levantava à generalidade das famílias. Percebia-se, nalguma medida, por outro lado, que estava ali um meio de garantir, continuar e solidificar a dicotomia existente⁷.

O estrato suburbano estava fora de questão. Aproximava-se, pela própria dinâmica social, do urbano baixo.

Era deste modo que as duas escolas se integravam no sistema socio-cultural do nosso estrato de origem. As diferenças notavam-se, admitiam-se

⁵ Sobre alguns dos bairros periféricos mais antigos veja-se *Inquérito às Condições Sociais dos Bairros Periféricos na Cidade de Évora*, 2 vols., Fevereiro de 1972, I. S. E. S. E., Évora.

⁶ Evitando complicações teóricas, descabidas neste local, segue-se a definição de instituição aprendida escolarmente. Ver J. H. Fichter, *Sociologia*, São Paulo, Editora Herder, 1967.

⁷ Tem-se conhecimento de que o fenómeno da estratificação social é mais complexo do que o desenho traçado por um simples vector de forças opostas. Falar em dicotomia é, no entanto, possível. O fenómeno pode ser extremado através de um esforço intelectual, representando cada extremo uma linha evolutiva geral e oposta.

e racionalizavam-se. Ou, numa só palavra, «justificavam-se». Mas pergunta-se: para lá dos valores, quem eram, na realidade, os alunos de ambos os estabelecimentos escolares? Isto é, que aproximação havia entre os factos e o desenho social apercebido pela população? Obviamente, naquele tempo estas perguntas ficavam pela interrogação. Até que nos surgiu, enfim, ocasião para voltar a reflectir sobre tais questões.

1.3 Assim se percorreu o caminho que conduziu ao tema da pesquisa. Desde então tornava-se necessário pegar nas duas instituições e responder à pergunta: a quem servia cada um destes estabelecimentos de ensino, independentemente das intenções a eles adstritas pelas autoridades responsáveis pelo ensino? Colocou-se, pois, o problema *ao nível da função social desempenhada objectivamente*.

Os alunos, preenchidos os quesitos condicionais de admissão, «optavam» por uma ou pela outra escola. Quem eram esses alunos, conforme as escolas? Que ligação se estabelecia entre as suas opções e as suas origens sociais? Em que medida estas determinavam aquelas? Havia abertura, «democracia», igualdade para todas as origens? Estas perguntas levantavam problemas de acesso ao ensino e apontavam, a prazo, para a futura divisão do trabalho social.

1.4 As origens sociais dos alunos podiam ser conhecidas inquirindo todo o universo estatístico ou uma amostra. Para obter os elementos necessários à sistematização tipológica das distintas origens sociais era necessário contactar os alunos de cada um dos anos de escola, na totalidade ou em parte. Além de se reunirem, deste modo, elementos básicos para a comparação interescolar, o método permitia seguir a evolução do fenómeno.

Não se optou, contudo, por essa via. O propósito que animava o trabalho era mais modesto, por convir ter em conta as realidades. Os condicionalismos, facilmente identificáveis ao longo do que se vai dizendo, impediam as grandes ambições e realizações. Impunha-se abdicar do desejo de seguir o fenómeno ao longo dos anos. E também da utilização da técnica da amostragem. Esta erguia obstáculos de monta, desde os relacionados com a recolha de um determinado conjunto de características gerais, necessárias à estratificação, às dificuldades no estabelecimento de contactos com os inquiridos, impossíveis de realizar sem estorvar em demasia.

Escolheu-se estudar as origens sociais dos alunos tradicionalmente conhecidos como do 3.º ano. Na nova terminologia, e de facto, trata-se do 1.º de agora chamado «ensino secundário». O estudo do fenómeno junto desta categoria de alunos oferecia aspectos entusiasmantes. Eram indivíduos que acabavam de ser seleccionados, para uma e para a outra escola, após haverem frequentado, até então, o mesmo tipo de ensino: o ciclo preparatório. (Sem esquecer, claro está, que o próprio ciclo, como curso complementar da instrução primária, já selecciona. Mas não é esta selecção a que interessa neste trabalho.) Quais os factores que haviam agido após a conclusão do ciclo e que haviam determinado a inscrição na E. T. ou no L. N.? Por outro lado, pareceu vantajoso observar o fenómeno na população mais jovem. Desta poder-se-ia extrapolar para os outros anos, a partir do seguinte pressuposto: a acessibilidade ao ensino secundário era certamente maior que à medida que se recuasse no tempo. Se se demonstrasse que o acesso, à data do inquérito, era difícil a determinados estratos, estava-se

implicitamente revelando que para os anos mais velhos a dificuldade era superior. Logo, a frequência em geral pouco «democrática».

Resumindo, temos como objecto da presente pesquisa *o estudo comparado das origens sociais dos alunos do 3.º ano (1.º do ensino secundário) da escola técnica e do liceu nacional*. Por motivos circunstanciais, esse estudo foi efectuado em Évora.

2. FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES DE TRABALHO

2.1 Robert E. Chadock define «hipóteses de trabalho», dizendo que se trata de «uma explicação de factos conhecidos, com perfeita consciência da existência de outras explicações e com o espírito aberto a qualquer modificação do ponto de vista, se os factos obtidos pela investigação garantirem uma explicação diferente»⁸. Esta definição, retomada por vários autores clássicos americanos, especialistas em técnicas de investigação social, servirá de ponto de partida para o enunciado das proposições hipotéticas relevantes para o estudo em causa. Resistir-se-á à tentação de decompor a definição enunciada — não interessa fazê-lo por se afastar dos objectivos concretizados. Fica-se recordado, após a leitura da definição, que a hipótese de trabalho é uma explicação do fenómeno, tornado objecto de investigação antes de esta se encontrar desenrolada. É uma *previsão de explicação* ou dedução antecientífica do fenómeno, que em seguida será analisado nas suas relações causais.

2.2 As hipóteses formuladas para esta pesquisa valorizaram, de maneira determinante, era de prever, o critério socioeconómico. Surgia como factor decisivo na escolha-separação dos alunos por um e pelo outro estabelecimento escolar. Em consequência, as hipotéticas razões retidas como explicativas da distribuição pelas duas escolas foram as seguintes:

- a) *Os alunos da E. T. são originários de famílias pertencentes a categorias socioeconómicas baixas;*
- b) *Os alunos do L. N. são originários, comparativamente, de famílias englobáveis em categorias socioeconómicas elevadas.*

Estas foram as hipóteses de trabalho. Significam que, identificadas as categorias socioeconómicas familiares de origem dos alunos inquiridos, se assistiria a uma concentração na E. T. dos alunos oriundos das categorias mais fracas de entre as descobertas; os inquiridos englobados nas categorias mais elevadas aglomerar-se-iam, segundo o que foi enunciado, no L. N.

Porém, uma explicação hipotética, por ter «perfeita consciência da existência de outras», é sempre um risco. O pior que lhe pode acontecer é não se confirmar, isto é, não servir como explicação do fenómeno. Teve-se presente esta possibilidade. Era evidente que existiam outras explicações possíveis, igualmente empíricas, o que as colocava em pé de igualdade com a preferida. Foram analisadas cuidadosamente, não tendo sido tomadas em consideração. Expliquemos porquê.

⁸ Mencionado por P. Young em *Scientific Social Surveys and Research*, obra já referenciada.

2.3 Das outras «explicações», a mais comum fazia depender a frequência do L. N. ou da E. T. do facto de o aluno gostar ou não de estudar. Assim, para o L. N. iriam todos os alunos desejosos de fazer uma longa carreira académica. A E. T. seria o destino reservado aos alunos menos entusiastas pelo estudo, mais ansiosos por começar a trabalhar. Semelhante a esta, uma outra corrente explicativa via no L. N. a escola para os mais inteligentes e, concomitantemente, para os filhos das famílias «ricas». A E. T. apareceria como o estabelecimento de ensino para os indivíduos de inteligência normal, ou mesmo normal-baixa, e simultaneamente para os oriundos das famílias «modestas», economicamente falando. Finalmente, uma outra hipótese alvitrava: o L. N. para os filhos das famílias urbanas e a E. T. para os filhos das famílias suburbanas e rurais.

Como situar as hipóteses de trabalho formuladas em 2.2 perante estas três outras?

Não é ousado responder dizendo que essas três hipóteses estão contidas no sistema de hipóteses retido em 2.2, alienas a) e b). Com efeito, não seria possível identificar relações de causa a efeito entre a posição socioeconómica das famílias e o «gostar ou não» de estudar, atrás referido? Podia-se acreditar que sim, sobretudo porque a análise dos valores a recolher permitiria saber se tais relações existiam ou não, sem ser necessário desviar o esquema de pesquisa projectado.

A aproximação entre a segunda explicação possível e as nossas hipóteses é mais melindrosa. Aparentemente, estávamos perante uma resposta mais completa do que a que retivemos, uma vez que continha, além de uma abordagem socioeconómica da realidade, factores causais relacionados com a «inteligência» e o «aproveitamento escolar» dos alunos. Porém, os dados sobre os inquiridos possibilitariam correlacionar o «aproveitamento escolar» com a posição socioeconómica familiar. Logo, esta fracção da «hipótese» era redutível ao enunciado: a nossa hipótese englobava-a. Quanto ao factor «inteligência», é difícil de medir. Afastava-se, por outro lado, do objecto do estudo, que não era psicossocial e muito menos psicológico. Deste modo, não seria abordado este aspecto do problema, embora se possa acreditar que os dados sobre o «aproveitamento escolar» autorizem, muito indirectamente, claro, certas sugestões... Mas não o poderiam resolver. No entanto, interrogámo-nos, mostrando as reservas que levantámos ao factor «inteligência»: não será estranho que o L. N. seja, ao mesmo tempo, escola de «famílias ricas» e de alunos inteligentes? E que a E. T. reúna em si os «pobres» e os menos inteligentes? Pôr o problema da inteligência não será disfarçar o outro? Pôr-se-á, com algum significado, a selecção entre as duas escolas em termos de capacidade intelectual? Estas questões revelam que não considerámos relevante formular a questão deste modo. Por sua vez, a parte socioeconómica da «hipótese» em discussão assemelhava-se à por nós adoptada. Contudo, não coincidia com ela, mesmo imaginando-se que a ideia de «famílias ricas» fosse idêntica à nossa de «categorias elevadas». A categoria, a que se refere, das «famílias modestas» não corresponde à nossa explanação. Este estrato não entra no presente estudo com o sentido que lhe é dado por essoura «explicação». As categorias «modestas» ou socioeconómicas baixas que mencionámos são-no dentro de um determinado conjunto de categorias, o que não quer dizer que equivalham às mais baixas do contexto social global. Estas, assim o julgamos e procuraremos demonstrar, não entram no campo do actual trabalho, por, em geral, não terem filhos em nenhum dos estabelecimentos inquiridos. Foi

esta suposição que nos afastou definitivamente da «hipótese» que temos estado a criticar.

Por fim, falar em termos de oposição entre urbanos e rurais, como é o caso da última «explicação» que citámos, pareceu-nos deslocar o problema, escamoteando-o. É mais directo falar de distintas apropriações económicas e sociais e, se for interessante, aperceber, em seguida, se há qualquer relação entre elas e as zonas rurais ou urbanas.

2.4 As hipóteses de trabalho que foram enunciadas pareceram-nos, pois, aceitáveis. Era necessário, por conseguinte, definir os conceitos que as constituem. Vê-lo-emos no parágrafo seguinte. Antes registe-se a impressão de que as nossas proposições explicativas obedecem aos principais requisitos técnicos. Afiguram-se verificáveis⁹. Não contêm qualquer juízo moral ou valorativo¹⁰. Por fim, aparecem como uma explicação plausível do fenómeno.

3. DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS E IDENTIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

3.1 O anterior enunciado das hipóteses destaca a posição central dada à categoria *socioeconómica*. A preocupação com as origens sociais dos alunos traduziu-se, na realidade, na intenção de situar as famílias a que os alunos pertenciam perante determinados critérios. Depois de posicionadas, foram integradas em estratos homogêneos, aqui chamados «categorias socioeconómicas».

F. S. Chapin define «*statuts* socioeconómico» como sendo «a posição ocupada por um indivíduo ou uma família em relação aos padrões médios de posse da cultura, de rendimento efectivo, de bens materiais e de participação nas actividades de grupo da comunidade»¹¹: para este autor, o *nível de posse material*, só por si, era um indicador suficiente para avaliar a «posição ocupada por um indivíduo ou uma família». A categoria socioeconómica seria, tal como dissemos acima, e seguindo, agora, a teoria exposta, a resultante de um conjunto de *status* idênticos. Ficamos a saber em que sentido foi utilizado o conceito-chave do nosso trabalho.

As categorias de operação, na presente pesquisa, foram definidas *a priori*, ou seja, antes de efectuado o levantamento dos valores estatísticos. Que critérios foram considerados relevantes para a sua construção? F. S. Chapin, viu-se, sublinhava o nível individual ou familiar de apropriação da cultura social, o rendimento auferido, a posse de bens materiais e o grau de participação nas actividades associativas apreciadas socialmente. Considerava estas características necessárias para diferenciar as famílias. Não utilizámos o mesmo método, se bem que o trabalho não ultrapasse o nível

⁹ Característica fundamental. Por isso, em *A Dictionary of the Social Sciences*, obra da Unesco editada por Julius Gould e William L. Kolb e publicada por The Free Press of Glencoe, 1964, s. v. «hipótese» se diz tratar-se de uma «*testable assertion*» (pp. 309-310). Mais à frente acrescenta: «[...] *the hypothesis must be formulated in such a manner that deductions can be made from it* [...]»

¹⁰ O facto de as hipóteses serem formuladas com fundamento numa base ideológica — evidente ao longo da exposição — não impede esta afirmação.

¹¹ Autor mencionado por George Lundberg, *Social Research. A Study in Methods of Gathering Data*, Longmans, Green and C^o, Nova Iorque, Londres e Toronto, 1942.

das categorias socioeconómicas, isto é, não desça a uma diferenciação em classes sociais. O que não significa que não se possa ver, em certos locais, uma redução implícita a classes sociais. Não se ultrapassou, todavia, esse limite. Em sociologia, a utilização do conceito «classe social» é melindrosa. A sua inclusão obrigaria a desenvolvimentos teóricos incomportáveis com o objecto desta investigação prática. O objecto de estudo proposto é atingível em termos de diferenciação socioeconómica. Este sistema de classificação estratificadora é suficiente para avaliar a influência de determinados factores sociais no acesso a cada uma das escolas. O que não impede de levantar o problema das classes e de nos referirmos, se bem que indirectamente, a posições de domínio social e de inferioridade perante o poder produtivo.

3.2 Os «padrões médios» referidos na definição de F. S. Chapin têm de ser encontrados nas próprias características da população inquirida. Resultarão da análise da distribuição normal dos valores obtidos. As referências ou fontes externas de caracterização social serão poucas: primeiro, porque os dados disponíveis são insuficientes; segundo, por interessar essencialmente comparar as escolas e apenas subsidiariamente introduzir a realidade exterior.

A «posse de cultura» e a participação familiar nos «bens materiais» foram consideradas neste trabalho. Porém, sem grande entusiasmo. As perguntas sobre estas matérias são susceptíveis de conduzir a respostas incorrectas. Inquirir sobre a posse deste ou daquele bem material ou sobre o consumo de um ou outro tipo de literatura não é fácil, exigindo um universo estatístico particularmente consciente e perguntas tecnicamente muito bem elaboradas. Existem, de facto, algumas distorções nas perguntas que introduzimos sobre estes assuntos. Por isso não incluímos neste texto a informação que através delas obtivemos.

Os «rendimentos efectivos» e a «participação em actividades de grupo» não nos pareceram reunir condições que justificassem a sua inclusão na pesquisa. Era irrealista interrogar os alunos sobre estes assuntos. Respostas sobre «rendimentos efectivos» são sempre difíceis de obter com suficiente correcção, o que se agravaria dadas as características dos inquiridos. Falar na participação em actividades associativas confundiria certamente os alunos, sendo espinhoso, além disso, elaborar questões sobre essa matéria. Não nos devemos esquecer de que os movimentos associativos não dispunham, nesta sociedade, à data do inquérito, das mesmas facilidades que encontram noutros sistemas sociais em que certamente F. S. Chapin pensava.

Perante o que acaba de ser exposto, é fácil compreender a importância dada ao *critério socioprofissional*. O mesmo é dizer que a este indicador foi dada uma função predominante na classificação das famílias. Deste modo, com base na profissão ou ocupação principal do chefe de família, foram construídas as diversas categorias socioeconómicas, operacionais para o enquadramento tipológico das famílias de origem dos alunos¹². Partiu-se, assim, do pressuposto de que a actividade económica é factor determinante da posição social familiar. Os sociotipos de famílias adiante referidos, por

¹² A definição de «chefe de família», em estatística, aconselha a considerar assim «o membro da família que pelos outros membros foi reconhecido como tal». Neste estudo, para não complicar a recolha de dados, foi considerado chefe de família o pai. Na inexistência deste, a mãe, ou a pessoa que, de maneira evidente — pela análise das profissões —, aparecesse como tal. Podemos acreditar que, na realidade, a definição utilizada coincidiu largamente com a estatística.

se basearem essencialmente em tal critério, serão bastante próximos de categorias socioprofissionais. Apesar disso, não nos parece ousado falar em *categorias socioeconómicas*. Em primeiro lugar, por se saber que a apropriação profissional tem estreita relação com as outras apropriações: económicas, culturais, sociais. Em segundo lugar, por haver possibilidade de comparar as categorias socioprofissionais com categorias de posse de bens socialmente úteis, reveladoras de situações familiares mais globais. Tendo verificado existir uma relação entre aquelas e estas, ficámos justificados por ter feita a transposição.

Definiu-se como *principal* a profissão ou ocupação que o inquirido indicou ao responder à pergunta correspondente ¹³.

3.3 No tratamento dos valores foram utilizados diversos tipos de categorias socioeconómicas. Correspondem ao agrupamento dos indicadores socioprofissionais e outros de vários pontos de vista. Não se entrará na discussão pormenorizada dos vários sociotipos, cabendo aqui apenas introduzi-los.

As famílias dos inquiridos aparecerão, uma vez, distribuídas segundo o sistema de classificação socioeconómica correntemente utilizado nos inquéritos do I. N. E., como, por exemplo, no «Inquérito às receitas e despesas familiares» ¹⁴.

Preferiu-se não o utilizar com frequência. As categorias desse sistema são marcadamente socioprofissionais, se bem que o próprio inquérito permita a sua leitura socioeconómica. Decidiu-se cruzá-las uma só vez com a população inquirida — facilitando-se, por conseguinte, quaisquer análises das famílias dos alunos em termos de receitas e despesas e de outros aspectos sociais e económicos —, construindo-se, alicerçado nesse e noutros sistemas conhecidos ¹⁵, um sistema mais adequado às realidades que nos interessava conhecer.

O sistema construído propositadamente para a presente pesquisa compõe-se de somente *cinco categorias*. Evitou-se a discriminação dada pelo I. N. E., certamente útil à escala nacional, mas injustificada no nosso caso. Cada tipo definido procura englobar profissões tanto quanto possível homo-

¹³ Normalmente define-se como profissão principal aquela que ocupa mais tempo. Um outro critério, pouco utilizado, é o que leva a considerar como principal a profissão que faculta maior rendimento. No caso em estudo era suficiente considerar como principal a indicada pelo inquirido. A experiência mostrou que, mesmo em casos evidentes de mais de uma profissão, o aluno respondeu pela indicação principal. O nosso critério foi, por isso, subjectivo, deixando a possibilidade à população interrogada de se manifestar conforme melhor lhe parecesse.

¹⁴ As categorias que compõem este sistema, como se poderá confirmar na obra citada, são as seguintes: patrões e isolados agrícolas; trabalhadores agrícolas por conta de outrem; patrões e isolados não agrícolas; profissões liberais e similares; directores de empresa e chefes de serviço; empregados; operários; trabalhadores dos serviços domésticos ou similares; forças armadas; outros activos não especificados.

¹⁵ Dentre estes saliente-se o proposto na Conférence Européenne de Statisticiens: 1, patrões; 2, isolados agrícolas e membros de cooperativas; 3, isolados não agrícolas; 4, assalariados agrícolas; 5, assalariados fora da agricultura, com excepção dos operários; 6, operários assalariados fora da agricultura; 7, outros (ocupações).

Os critérios combinados para definir as categorias socioeconómicas foram os seguintes: a) principal fonte de rendimento da família; b) situação no emprego do chefe de família; c) ramo de actividade, idem; d) profissão, idem; e) nível de instrução.

Veja-se o «Document W. G. 22/32», in *Rapport de la VI^e Session*, Genebra, Abril de 1972.

géneas quanto aos critérios «nível de rendimento supostamente normal», «grau de instrução ou qualificação» necessário para o seu desempenho e «situação na profissão» do chefe de família. Teve-se consciência de que o critério «participação no poder» (económico e político, essencialmente) também influenciou a construção de cada conjunto. Ao fazerem-se jogar os diversos critérios de classificação, acreditou-se que a sua conjugação permita globalizar mais correctamente o indicador profissional, integrando-o num todo. A observação das categorias e da sua composição interna deixa ver o que acabámos de dizer ¹⁶.

Para além dos dois sistemas que acabámos de mencionar, surge um terceiro e último que poderá surpreender algum leitor. Queremos referir-nos ao sistema baseado nos três («clássicos») «sectores de actividade económica», tipo de classificação a que é comum ligarem-se os nomes de Colin Clark e Henri Janne. Afigurou-se que a referência de cada família aos sectores de actividade era susceptível de traduzir uma situação social, no presente estágio de desenvolvimento das forças produtivas e sociais do distrito (para não se ir mais longe). Este estágio de desenvolvimento permite-nos pensar, como M. Talams ¹⁷, que a pertença ou a passagem das famílias de um sector a outro — a que corresponde uma atitude ou uma modificação daquelas perante a vida económica, pelas diferenças existentes entre os sectores — equivale a distintas formas de apropriação dos valores sociais e culturais, os quais, por seu turno, sofrem alterações, não sendo idênticos para todos os sectores. Não se fez, contudo, uma aplicação mecânica deste sistema de classificação. A análise interna dos diversos sectores — isto é, o estudo, a que se dará particular atenção, dos tipos de profissões e ocupações que os compõem no caso concreto desta investigação — e a sua comparação com o sistema de classificação socioeconómica anterior servirão para avaliar a funcionalidade deste sistema de enquadramento sociotípico.

Acrescente-se mais um pormenor sobre os sectores de actividade económica. O sector secundário será referido, ao longo do trabalho, como um sector de «transição». A palavra não é, certamente, a mais adequada. No entanto, suficientemente explicada, fica clara. Uma parte desta população foi objecto de um processo de mobilidade geográfica e profissional. Passou

¹⁶ São as seguintes categorias socioeconómicas expressamente elaboradas para a pesquisa em curso: *Categoria socioeconómica I*: 1. Assalariados da agricultura, indústria e serviços domésticos; 2. Isolados artesãos; 3. Pessoal auxiliar ou menor das empresas particulares e públicas; *Categoria socioeconómica II*: 4. Forças de segurança sem graduação; 5. Isolado agrícola (agricultor); 6. Motoristas, ferroviários e empregados do comércio; *Categoria socioeconómica III*: 7. Empregados de escritório e funcionários públicos de categorias intermédias; 8. Militares e forças de segurança de graduação subalterna; 9. Feitores, capatazes e empreiteiros; 10. Professores primários; 11. Empregados bancários, regentes agrícolas e gerentes; *Categoria socioeconómica IV*: 12. Comerciantes, industriais e proprietários; *Categoria socioeconómica V*: 13. Professores do ensino secundário; 14. Oficiais das forças armadas e de segurança; 15. Administradores de empresas e profissões liberais.

¹⁷ As reflexões de Talams sobre os sectores de actividade económica serviram-nos de apoio teórico. Compreendemos a importância que tem esse tipo de classificação como índice de diferentes apropriações sociais, nas sociedades onde as forças produtivas se encontram desigualmente desenvolvidas. Veja-se o «Rapport Final du Séminaire Syndical International sur une Politique Active de la Main-d'œuvre», Viena, Setembro de 1963.

do meio rural para o meio urbano, onde desempenha sobretudo profissões manuais ou do sector secundário. Profissões a que não corresponde uma posição ou *status* socioeconómico elevado. Verifica-se, deste modo, que esta população passou do meio rural, onde vivia dificilmente — o subemprego é um fenómeno conhecido —, para o meio urbano (a que chamaremos mais exactamente «suburbanos», porque o nível de apropriação económica lhe não permite senão morar na e partilhar a periferia da cidade), onde vive talvez melhor, mas sempre na posição de estrato dominado e ocupando o último lugar na escala urbana. A «transição» mencionada traduz este fenómeno migratório, por um lado, e lembra a nova posição ocupada, por outro. Não significa, longe dessa ideia, mobilidade da posição dominada para uma posição no estrato dominante. É uma modernização, mas dentro tão-só da situação inferior. Considerou-se a profissão de «pedreiro» a mais imediatamente reveladora dessa passagem.

3.4 Antes de concluir o que vimos expondo acerca da identificação das variáveis, duas ou três observações são ainda necessárias.

Considerou-se importante identificar a mobilidade social da família de origem do aluno em relação à posição ocupada pelos avós. Como é difícil recolher dados sobre estes, a mobilidade que tínhamos interesse em conhecer teve de ser uma mobilidade meramente profissional. Compararam-se as profissões dos avós com as dos pais. Para dar um cunho social a esta comparação — ou seja, transformar a mobilidade profissional em social —, as profissões foram integradas nos sectores de actividade económica. Assim, não só conheceremos as origens sociais dos alunos — também, num dos sistemas de classificação, em termos de sectores de actividade económica, para facilitar a comparabilidade —, como saberemos as dos seus pais. Ter-se-á, ao proceder assim, uma ideia mais completa da posição social das famílias de cada escola e da sua dinâmica.

Falar-se-á em «agricultor» e em «lavrador». O primeiro é um isolado agrícola, proprietário ou não das terras que cultiva. O segundo é um patrão e proprietário agrícola, com pessoal assalariado ao seu serviço.

Quando se fala em «ocupação», está-se a pensar sobretudo nas seguintes: proprietário ou situação semelhante (viver de rendimentos, títulos, etc.) e domésticas.

3.5 São considerados variáveis *independentes*, nesta pesquisa, todos os indicadores de posição socioeconómica. Consideram-se, dentro deste género, todos os indicadores que permitem classificar cada família, perante as outras, num nível dado de apropriação de bens económicos, sociais e culturais.

A variável *dependente* por excelência, conforme definido nos objectivos desta pesquisa, é a frequência de um ou do outro estabelecimento de ensino. Note-se que se diz «frequência» da E. T. ou do L. N., e não «escolha». A palavra «frequência» parece mais adequada aos diferentes casos possíveis. Além de abranger as escolas propriamente ditas, integra todos os casos condicionados ou determinados por fenómenos sociais externos à vontade de escolher. O propósito deste trabalho é identificá-los, para conhecer o seu peso sobre a variável dependente.

4. ALGUNS ASPECTOS TÉCNICOS DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA

4.1 A escolha da técnica de investigação social mais adequada, além de estar condicionada pelo objecto da pesquisa, é influenciada por factores externos. No nosso caso, a sua importância era de relevo.

Concretizando. Existiam, primeiro ponto, limitações de tempo e de disponibilidades materiais. Era conveniente não gastar muito tempo com a recolha dos dados. Tornava-se indispensável escolher uma técnica que não exigisse muitas despesas, nem material de apoio complicado (máquinas de calcular, separar, tratar, etc.). Não nos podíamos abstrair de que se tratava de um trabalho feito isoladamente, sem outros técnicos, nem mesmo auxiliares. Por outro lado, se o levantamento e o tratamento dos dados deviam ser fáceis, também não convinha dificultar o contacto com os inquiridos. A pouca idade destes — não esqueçamos que os visados frequentavam o 3.º ano da escolaridade pós-primária — devia se tida em consideração. Era necessário levantar problemas acessíveis, claros, questões breves, para não cansar, e, concomitantemente, impunha-se dar seriedade ao contacto, de maneira a poder-se ultrapassar a tentação da «brincadeira». Finalmente, a pesquisa, para ser viável, exigia o auxílio das autoridades escolares. Em consequência, recomendava-se ao adopção de um instrumento de recolha concreto, susceptível de ser submetido à sua apreciação. Considerava-se normal que estas só dessem a sua aprovação e apoio, ambos indispensáveis, depois de observarem as rubricas que a investigação pretendida abranger.

Estes princípios não podiam estar ausentes quando se ponderassem as diversas técnicas possíveis. A escolhida devia satisfazer, pelo menos ao mínimo, as exigências formuladas.

4.2 A técnica utilizada foi a do Questionário Escrito Individual de Aplicação Simultânea. Webster¹⁸ define *questionário* dizendo tratar-se de «um conjunto de perguntas a submeter a um certo número de pessoas para obter dados sobre condições sociais». Esta definição, que consideramos suficiente, faz compreender o que se entende por tal conceito, quando a ele se fizer referência, ao longo da exposição. Em estatística, o conceito aparece designado, por vezes, sob o nome de «instrumento de notação». Faremos equivaler as duas expressões, indistintamente.

A técnica adoptada consistiu, pois, na aplicação de um questionário composto pelas perguntas julgadas necessárias para a obtenção dos dados relacionados com as hipóteses de trabalho. O universo estatístico a inquirir foram, como se sabe, os alunos do 3.º ano do L. N. e da E. T. Em determinada aula entregou-se a cada aluno de cada classe desse ano um exemplar do questionário. O inquirido foi em seguida convidado a responder, no próprio instrumento de notação, em simultaneidade com os seus colegas de classe.

O mesmo questionário serviu para os dois estabelecimentos de ensino.

4.3 Havia uma característica dos inquiridos, já mencionada, que era fundamental não olvidar: a sua juventude. O instrumento de notação devia ser redigido de maneira adequada. Convinha que as perguntas, reduzidas às indispensáveis, versassem assuntos do conhecimento dos alunos, relacio-

¹⁸ Mencionado por Pauline V. Young na obra citada precedentemente.

nados com a sua experiência concreta e que os interessassem. A linguagem exigia ser acessível e a pergunta curta. Era necessário ter consciência de que, se um inquirido adulto é susceptível de ser influenciado pela redacção das questões, o nosso universo o era muito mais. As perguntas pediam, desse modo, cuidadosa elaboração, para não induzirem um determinado tipo de resposta ¹⁹. Para evitar as questões de resposta difícil, não se recorreu a questões de resposta aberta.

4.4 Após a construção do questionário impunha-se a codificação das respostas. Pergunta a pergunta, procedeu-se à enumeração das respostas possíveis. Uma discriminação deste género equivale a uma tipologia das respostas prováveis. A cada tipo foi atribuído um código simbolizando a resposta dada.

Não vamos, evidentemente, descer à pormenorização de cada código construído, por não ter qualquer interesse fazê-lo. Contudo, consideramos útil explicar uma das tipologias adoptadas.

As naturalidades dos inquiridos foram reduzidas a *cinco regiões* ou *zonas*, relativamente homogéneas. Tentou-se criar conjuntos que pudessem significar qualquer coisa, especialmente por este indicador não ser suficientemente explícito à primeira vista. Os critérios que ajudaram a construir as zonas foram os seguintes: ruralidade e mobilidade geográfica. Interessava isolar dos outros os inquiridos nascidos em meios rurais. Por outro lado, julgou-se ser de pôr em evidência a distância geográfica do local de nascimento à cidade de Évora. Os tipos usados para as naturalidades serviram também para as residências, sem alterações. Apresentamo-los: «cidade de Évora», «outras sedes de município do distrito» e «campos do distrito de Évora»; fora do distrito nuclear tiveram-se em conta os «outros distritos do Alentejo» e, por fim, as «outras regiões».

4.5 De uma maneira geral, pode-se afirmar que o acolhimento reservado ao trabalho pelos alunos foi bom. Pesou neste facto o ter-se conseguido despertar o seu interesse.

Na E. T., o ambiente proporcionado pelos alunos foi no entanto superior ao encontrado no L. N. O estudo destas disparidades de comportamento social poder-se-ia revelar interessante. Não cabia, no entanto, nos objectivos deste trabalho. Evidencie-se, contudo e a bem da verdade, que os alunos do primeiro estabelecimento de ensino haviam adquirido, na altura, a experiência deste tipo de investigações. Estavam sendo alvo de um estudo psicológico em larga escala, decidido superiormente. O levantamento a que procedemos apareceu-lhes intercalado naquele.

A boa receptividade geral aconselha-nos a confiar nos valores recolhidos. Este ponto tem peso, pelo que deve ser sublinhado. A operação de recolha de dados é uma fase delicada. A maneira como se desenrola influi na qualidade das conclusões retiradas dos valores estatísticos. Pode-se, consequentemente, partir para a sua análise com a certeza de que reflectem a realidade que se pretendeu observar.

¹⁹ As perguntas construídas de modo a induzir um determinado tipo de resposta chama Mildred Parten «*leading questions*». Conheça-se o seu trabalho *Surveys, Polls and Samples: Practical Procedures*, University of Rochester, Harper and Brothers Publishers, Nova Iorque, 624 pp., 1145 notas bibliográficas.

II

RESULTADOS DO INQUÉRITO EFECTUADO

1. PRIMEIRA APROXIMAÇÃO: OS ALUNOS

1.1 O quadro n.º 1 dá-nos a conhecer a frequência de cada um dos estabelecimentos de ensino e a sua composição, para os alunos considerados, por sexos.

Alunos inquiridos por sexos e escolas

[QUADRO N.º 1]

Sexos	E. T.		L. N.	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Sexo masculino	116	43	87	34
Sexo feminino	152	57	170	66
Total	268	100	257	100

Salta à vista, em primeiro lugar, a semelhança dos dois totais. Regista-se, no entanto, uma certa vantagem para a E. T. Este facto traduz, a nível global, o que se passava efectivamente: a E. T. tinha mais alunos inscritos que o L. N. A diferença, em números totais, era grande, mas não podemos esquecer que nela funcionavam (e funcionam) cursos nocturnos. De qualquer modo, estas reflexões têm pouco interesse por agora. Mais importante é ter-se frente a frente dois conjuntos de inquiridos sensivelmente com o mesmo significado numérico. Todas as comparações posteriores estão facilitadas pela equivalência das duas classes.

Ao considerar-se a variável «sexos», o quadro mostrou um fenómeno relevante: *ambas as escolas apresentam maiores valores de frequência feminina*. Somos levados a pensar que os rapazes eram menos numerosos por entrarem mais cedo na vida activa, quer por motivo de pior aproveitamento escolar — durante o ciclo preparatório neste caso —, quer por outras razões, ligadas aos valores e, necessariamente, às condições económicas das famílias. Este problema não será resolvido nesta pesquisa, pelo que a ideia que aqui fica é somente uma hipótese.

Analisemos a distribuição por sexos e por escolas. A mencionada desproporção entre os sexos — em prejuízo do masculino — surge muito maior no L. N. Tal facto deve-se, segundo tudo quer indicar, a uma decisão administrativa. Estes alunos percorreram o ciclo preparatório em estabelecimentos diferentes, separados pelo critério sexual. As raparigas fizeram o ciclo no L. N. e os rapazes na E. T. Não nos custa descobrir aqui a razão da maior desproporção encontrada no L. N. Os alunos masculinos habituados a uma determinada escola — a E. T. — mudaram-se menos facilmente do que o teriam feito em plena igualdade de situações. No início do ano lectivo estavam inscritos no L. N., do 3.º ao 7.º ano, 901 alunos; destes, 44 % eram do sexo masculino e 56 % do feminino. No 3.º ano, porém, a proporção, como podemos ver no quadro, era de 34 % para 66 %. A percentagem de rapazes apresenta-se bastante inferior à média, o que ajuda a perceber a incidência da referida decisão administrativa. Contraria-

mente, era legítimo supor que na E. T. a frequência masculina fosse superior à feminina ou, pelo menos, semelhante. Tal não se verifica e de maneira bem clara. As percentagens do 3.º ano correspondem aproximadamente à distribuição global: dos 940 alunos inscritos na E. T., 45 % eram do sexo masculino.

1.2 O quadro n.º 2 procede à distribuição da população inquirida por classes de idades.

A situação é distinta, segundo se considera uma ou a outra escola. Para ambas, a classe de maior frequência — a classe modal — é a dos

Alunos inquiridos por idades e escolas

[QUADRO N.º 2]

Grupos etários	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
12-13	26	10	99	39
14-15	131	49	131	51
16-17	94	35	25	10
18 e mais	15	6	—	—
Total	266	100	255	100
Sem resposta	2	—	2	—

14-15 anos. Simplesmente, enquanto 90 % dos alunos do L. N. apresentam idades até 15 anos inclusive (ou, dizendo-se de outro modo, inferiores a 16 anos), a correspondente percentagem para a E. T. atinge apenas 59 %. Logo, 41 % dos alunos desta escola que frequentavam o 3.º ano possuíam idades superiores à normal. Eram objectivamente «velhos» para o ano frequentado. Conclui-se, sem dificuldade, que *a população escolar da E. T. era mais velha, para anos académicos equivalentes, que a do L. N.* É muito possível que a explicação resida no passado escolar desses alunos. Teremos, mais adiante, oportunidade de analisar dados sobre este. Mas, ultrapassando o imediato, *não haverá qualquer relação entre o passado escolar e as origens sociais dos alunos?* Esta questão formula, de novo, parte dos objectivos da nossa investigação. O desenrolar desta responderá àquela.

Cruzando as idades com os sexos, por escolas, vemos que em ambos a população masculina surge mais jovem que a feminina (ver quadro n.º 3). Quer numa escola, quer na outra, havia mais rapazes, em proporção, no

Alunos inquiridos por idades, sexos e escolas

[QUADRO N.º 3]

[Percentagens]

Grupos etários	E. T.		L. N.	
	Raparigas	Rapazes	Raparigas	Rapazes
12-13	6	15	34	48
14-15	44	56	56	43
16-17	43	25	10	9
18 e mais	7	14	—	—
Total	100	100	100	100

primeiro grupo etário que raparigas. Com mais de 15 anos aparecem, na E. T., 50 % da população feminina inquirida e apenas 39 % dos rapazes. Perante este quadro, volta a impor-se a *suposição* anteriormente erguida: *a de os rapazes terem melhor aproveitamento escolar e prosseguirem os estudos, ou então, não o tendo, serem eliminados da vida escolar com maior celeridade que as raparigas, indo trabalhar*. O fenómeno é sobretudo evidente na E. T., segundo a nossa hipótese, a escola para as famílias de menor apropriação social. O quadro social de origem parece, assim, querer começar a desenhar-se.

1.3 O quadro n.º 4 refere-se às naturalidades dos alunos contactados, por zonas ou regiões e escolas.

Como anteriormente tivemos ocasião de dizer, foram cinco as regiões-tipo de naturalidade consideradas com interesse. O estudo das naturalidades, por tipos, não facilita, em si mesmo, conclusões relevantes, por mais correcta que seja a construção da região-tipo. Essa característica aparece,

Naturalidade dos alunos por zonas e escolas

[QUADRO N.º 4]

Zonas de naturalidade	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Cidade de Évora	133	50	111	43
Outras sedes de município do distrito	39	14	39	15
Campos do distrito de Évora	64	24	44	17
Outros distritos do Alentejo	17	6	22	9
Outras regiões	15	6	41	16
Total	268	100	257	100

consequentemente, como um complemento da definição da população visada. Eventualmente, poderá ser comparada a outros indicadores, com o intuito de facilitar a compreensão ou confirmar hipóteses.

Ambas as escolas apresentam a sua maior frequência, a grande distância das demais, na categoria dos que nasceram na cidade de Évora. O valor da E. T. é, no entanto, superior ao do L. N. A primeira reflexão descobre-nos que a *mobilidade geográfica* dos alunos, em qualquer escola, *não parece ter sido grande* até ao momento do inquérito. Na E. T. terá sido ainda menor. Esta suposição recebe outra confirmação, se compararmos o total de alunos nascidos *fora do distrito de Évora* num e noutro estabelecimento: o valor em L. N. (25 %) é superior ao dobro do na E. T. (12 %). A observação das naturalidades parece, pois, dizer-nos que *os alunos da E. T. apresentavam uma mobilidade geográfica inferior à dos do L. N.* Será verdade? Pelo menos, pelo critério das zonas de naturalidade, sim. Claro que não se sabe que mobilidade existiu entre o nascimento e o momento da recolha dos valores. Podemos, contudo, julgar os dados suficientemente indicativos. Nesse caso, que significa a maior mobilidade dos alunos do L. N.? Teremos de ficar pela pergunta.

Evidencie-se ainda que a percentagem de naturalidades incluídas na categoria «campos do distrito de Évora» é mais elevada na E. T. Ficaremos atentos, para identificar se a maior «ruralidade», que parece transparecer destes dados, se confirma.

2. AS ORIGENS SOCIAIS DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS

2.1 Para conhecer *as origens sociais das famílias dos inquiridos* e as caracterizar, comecemos por ter em atenção o quadro n.º 5.

Temos diante de nós a distribuição das profissões e ocupações, em quantidades e percentagens, dos avós paternos — os pais dos pais dos inquiridos — por sectores de actividade económica e escolas.

Uma primeira apreciação de conjunto: o sector *primário* reúne, como era de esperar, as mais fortes frequências de casos. Os avós paternos desenvolviam a sua actividade predominantemente neste sector.

Profissões ou ocupações dos avós paternos por sectores de actividade económica e escolas

[QUADRO N.º 5]

Sectores de actividade	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sector primário	109	55	87	45
Sector secundário	53	26	31	16
Sector terciário	39	19	75	39
Total	201	100	193	100

Entrando com a variável «escola», nota-se claramente que a proporção de avós neste sector era superior na E. T.: são mais 10 % do que no L. N. Logo, uma conclusão se impõe: *nas famílias de origem do pai dos alunos interrogados, a característica da ruralidade era nitidamente mais sensível na E. T. do que no L. N.*, embora se fizesse sentir fortemente em ambos os estabelecimentos de ensino. A distinta participação nesta característica afigura-se de realçar. É fácil acreditar que um menor grau de «ruralidade» — entendida como uma apropriação económica, social e cultural dos valores comuns às sociedades mais tradicionais — facilita a (ou significa já uma) mobilidade social, sobretudo a dos descendentes (chefes das famílias de origem dos nossos alunos). Assim, e concluindo a partir deste indicador, *já duas gerações antes da dos inquiridos existiam situações de mobilidade profissional e social diversas, ou, pelo menos, começavam a esboçar-se. A vantagem ia para o L. N.* Parece-nos de sublinhar.

Continuando a análise por sectores, e sem abandonar a observação de conjunto, reforçam-se as linhas de diferença já apontadas. No L. N., os avós, ao concentrarem-se em 39 % dos casos no sector *terciário*, sugerem um tipo de dinâmica social distinto do detectável na E. T.

Os avós, no L. N., distribuem-se por dois conjuntos de actividades opostos: um rural, com maior peso; outro urbano, o sector terciário, em proporção inferior, mas não muito distanciado. São dois tipos de vida social, aparentemente sem ligação entre si. Como se, entre os avós do L. N., um conjunto pertencesse a um mundo social e outro conjunto a um mundo diferente pelas suas características profissionais, económicas, sociais e culturais: dois sistemas onde o sector secundário, de fraco peso, não aparece como uma «ponte». Que haveria de comum entre ambos? *Caracterizar-se-iam por um nível de apropriação socioeconómica elevado, que os fazia aproximar?* Só a análise interna das profissões que os integram poderá proporcionar resposta a estas perguntas.

Na E. T., o fenómeno é distinto, como se pode ver pelos números. De um lado, do mais forte e sem ser por acaso, está o mundo rural, pesado e caracterizador. Depois, o sector secundário, a que já chamámos «suburbano», marginal em relação à sociedade (produção) «moderna», mas de «transição» para o urbano. A estrutura é outra, podendo ver-se índices (sinais) de um dinamismo migratório.

2.2 A análise interna de cada sector, dissemos-lo, pode confirmar, para cada escola, o esquema acima delineado. A confirmação deste exige que se verifiquem no L. N., para além da referida aproximação entre os sectores primário e terciário, algumas hipóteses, a saber: a de o sector primário significar, para a E. T., principalmente uma distribuição por profissões modestas e a de o L. N. agrupar sobretudo lavradores e agricultores independentes; a de o sector terciário ser, para a E. T., um aglomerado de profissões de pouca qualificação, sem grandes exigências culturais ou de aprendizagem profissional, implicando, por conseguinte, um baixo nível de participação na estratificação social, e a de o mesmo sector corresponder, no L. N., a profissões mais exigentes dos pontos de vista que acabámos de referir.

Esta tipologia de hipóteses, donde se parte para o estudo particularizado de cada sector, fundamenta-se em raciocínios que julgamos correctos. Se se verificar para a E. T. uma dinâmica semelhante à enunciada, estaremos neste caso perante uma população em mobilidade lenta, por fases: do campo para o meio suburbano; deste, mais tarde, para o urbano. Em termos socioprofissionais corresponderá ao desempenho de profissões «modestas», como lhes chamámos, simplificando, nos sectores «suburbano» e «urbano». Terão essa característica em virtude de a posição de arranque para a mobilidade corresponder a um *status* social baixo.

O desenvolvimento do raciocínio para o L. N. é distinto. Se as hipóteses enunciadas para esta escola se confirmarem, estar-se-á perante avós ocupando posições socioeconómicas elevadas, nos dois sectores em que o seu peso é mais forte. Em consequência, oferecerão aos seus descendentes — que virão a ser os pais dos alunos por nós interrogados no L. N. — melhores possibilidades de apropriação social. As hipóteses, uma vez verificadas, mostrarão simultaneamente que a mobilidade social (sobretudo por causa do indicador utilizado, socioprofissional), no que respeita aos avós dos alunos do L. N., já se dera há tempos, de modo que os próprios avós «urbanos» já ocupavam posições sociais altas.

2.3 A análise interna proposta é facilitada pelos quadros A₁, A₂ e A₃, em anexo. Correspondem, respectivamente, ao sector primário, secundário e terciário.

2.3.1 Que profissões formavam, por escolas, cada um destes sectores? A resposta é essencial depois do que se disse nos dois pontos anteriores. Peguemos, respeitando a ordem, no quadro A₁ (v. anexo) (sector *primário*).

As disparidades entre as duas distribuições saltam aos olhos. Para a E. T., a categoria de maior frequência é a dos «trabalhadores rurais»: 62 % dos avós incluídos neste sector apresentavam esta profissão. A amplitude da mesma categoria no L. N. era de apenas 33 % dos avós. Neste estabelecimento, a actividade com maior número de casos era a de «lavrador»: 33 num total de 87 indivíduos. Nota-se, por conseguinte, que na E. T.

o sector primário — *mais «modesto»* — não tem o mesmo significado que o seu equivalente no L. N. Comparemos mais algumas profissões. Considerando os *status* profissionais de «lavrador» e «agricultor» como os de maior posição entre os que surgem no quadro, vejamos os seus quantitativos por escolas. Na E. T. havia 22 casos, ou seja 20 % em relação ao total dos avós do sector primário. No L. N. contam-se 51 casos, o que perfaz, em percentagem do total do conjunto, 59 %. As diferenças sobressaem com nitidez suficiente. Note-se só que *tinham quase tanto peso, no L. N., os avós lavradores e agricultores como, na E. T., o tinham os avós trabalhadores rurais.*

Todavia, no sector primário do L. N. aparecem 29 avós trabalhadores rurais, cujo volume não pode ser ignorado. Por outro lado, na E. T. surgem 17 avós lavradores. Não nos surpreendamos: a realidade social é complexa. Quando se fazem comparações e se estudam linhas de dinamismo, tem de se raciocinar, após uma operação de abstracção científica, em linguagem de *tendência* ou *orientação central* — e esta ficou bem evidenciada acima.

2.3.2 Surge-nos agora o quadro A₂. Discrimina, por profissões, os avós paternos incluídos no sector *secundário*.

A sua análise pouco adianta, pelo que passaremos rapidamente ao quadro seguinte. Antes, no entanto, convém fazer duas ou três observações gerais.

A profissão de «pedreiro» é a mais frequente na E. T. Tem pouco peso na outra escola. Não aparece no quadro nenhum «servente de pedreiro», o que faz crer que algum deve estar entre os 10 avós «pedreiros» da E. T. De qualquer modo, a profissão mais enumerada é, curiosamente, *uma actividade característica de quem veio do campo para o meio urbano.* É uma profissão, dizendo-o com vocabulário mais adequado, que deixa perceber a migração «meio rural-meio urbano». É certo que, entre as outras profissões, também haverá algumas susceptíveis de fazerem imaginar esta hipótese de transição. Toma-se, no entanto, o caso dos «pedreiros» por ser, teoricamente, o mais significativo e por aparecer em maior quantidade no quadro.

A profissão de «carpinteiro», a mais frequente entre os avós no L. N. e a segunda em importância na E. T., tem um sentido mais difícil de captar. Opostamente, o significado da profissão de «ferroviário» já se apreende melhor. A sua adopção, sabe-se, tem sido um meio de realizar a migração do meio rural para o urbano, embora em termos mais limitados do que a primeira — a de «pedreiros» —, porque as possibilidades de emprego são menores. Indo mais além, poderíamos também incluir neste tipo de profissões as de «corticeiro» e «ferreiro». Ficaremos por aqui, para não ultrapassar o limite das suposições duvidosas.

Pode-se recomendar que se efectue, por escola, o somatório das profissões consideradas indiciárias de mobilidade e acima especificadas. Ficará mais nítida, para a E. T., e comparativamente ao L. N., a já referida característica de «transição» do sector secundário.

Como observação final, e dentro do que fica descrito, note-se que as profissões englobadas pelo sector secundário são relativamente «modestas» em ambas as escolas. Entretanto, porém, o sector tem mais peso na E. T., como se disse.

2.3.3 Resta observar o sector *terciário*, para completar o quadro familiar de origem dos pais (plural de pai) dos alunos. O quadro A₃ permite comparar as profissões dos avós no sector.

No L. N., a proporção de avós proprietários — categoria de maior frequência dentro do conjunto, nesta escola — é bastante superior à da E. T. O mesmo se deve dizer sobre os comerciantes. Assim, *o L. N. concentra valores mais elevados numa ocupação (a de proprietário) e numa profissão (a de comerciante) reconhecidas como economicamente desafiadas*. Mas muito mais importante é o cotejo entre o número de avós exercendo profissões que exigem habilitações literárias superiores à 4.^a classe em cada uma das escolas. No L. N., 23 casos correspondiam a profissões nessas condições. Na E. T. havia apenas 5 casos equivalentes. No L. N., 8 avós desempenhavam profissões que exigiam um diploma de estudos superiores. Na E. T., nenhum.

É de pressupor que a estas diferenças de qualificações académicas correspondam níveis de rendimentos desiguais. Assim, podemos concluir que também o sector terciário oferece um panorama distinto, conforme se olhe uma escola ou a outra. As hipóteses de explicação da estrutura e mobilidade dos avós paternos, formuladas nos pontos 2.1 e 2.2, recebem confirmação também no que respeita a este sector. Esta conclusão é relevante, pois *distingue os avós paternos em dois conjuntos socioeconómicos, diversos sob o prisma escolar*.

2.4 O quadro n.º 6 distribui as profissões e ocupações dos avós *maternos*, em números absolutos e percentagens, por sectores de actividade económica e escolas.

Uma observação imediata: a estrutura da distribuição equivale, quase exactamente, à obtida para os avós paternos. Tal como estes, os avós maternos ocupavam-se predominantemente no sector primário. É, no entanto, mais forte a percentagem de avós maternos abrangidos neste sector. Conclui-se deste facto que, *se a ruralidade era bastante acentuada para os avós paternos, era-o ainda com maior intensidade no caso dos avós maternos*. As mães dos alunos interrogados provêm de famílias ainda mais frequentemente ligadas à sociedade tradicional que as dos pais. E, como acontecia anteriormente, também aqui a E. T. apresenta a maior percentagem de profissões (e de famílias em posições socioeconómicas) *rurais*.

Profissões ou ocupações dos avós maternos por sectores de actividade económica e escolas

[QUADRO N.º 6]

Sectores de actividade	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sector primário	118	59	100	50
Sector secundário	47	23	29	15
Sector terciário	36	18	69	35
Total	201	100	198	100

No pólo oposto — profissões do sector terciário, logo posições socioeconómicas urbanas ou, pelo menos, mais urbanizadas —, a distribuição por

escolas confirma a obtida para os avós paternos. A percentagem de avós maternos do terciário no L. N. é praticamente dupla, tal como sucede com os avós paternos, em relação à encontrada na E. T.

Neste último estabelecimento de ensino, o sector secundário ocupa novamente uma posição intermédia, antes do terciário, como se a hipótese de mobilidade por etapas teimasse em se fazer aceitar também aqui. E a própria distribuição no L. N. vem lembrar a hipótese ligada a essa escola: a dos dois sistemas: um rural, outro urbano, ambos com níveis de apropriação semelhantes e altos.

Que resultados se obterão através da análise interna de cada um dos sectores de actividade dos avós maternos? Confirmar-se-ão, para estes, as hipóteses levantadas a propósito dos avós paternos? Para responder será necessário observar os quadros B₁, B₂ e B₃, em anexo.

2.4.1 No quadro B₁ enumeram-se as profissões ou ocupações dos avós maternos integrados no sector *primário*.

A profissão de «trabalhador rural» é, para as duas escolas, a mais frequente. Mas o valor relativo dessa profissão, no L. N., é bastante menor — pouco mais de metade — quando comparado com o da E. T. Este facto leva-nos a dizer que, apesar de o desnível entre as escolas ser inferior ao encontrado nos avós paternos, os dois sectores não valem o mesmo em cada escola. No L. N., o nível de apropriação dos avós maternos deste sector é, mesmo assim, superior ao calculado para a E. T. Vejamos o caso mais típico: o dos «lavradores». A proporção de avós maternos com esta profissão na E. T. é inferior a metade da descoberta no L. N. Outro tanto se pode dizer sobre os «agricultores». Também para eles, a percentagem do L. N. sobe a duas vezes a da E. T.

Não é necessário alongar a análise deste sector. Não se deve abandoná-la, todavia, sem se haver apontado, com suficiente clareza, que a variável «escola» determina, ao ser considerada, uma cisão em dois conjuntos socioeconómicos distintos: *um, mais «elevado», que corresponde, como acontece com os avós paternos, ao L. N.; outro, mais «baixo», na E. T.* Caminha-se, por conseguinte, para a verificação dos comentários elaborados sobre os avós paternos, se bem que as escolas, no caso dos avós maternos, não se afastem tanto uma da outra.

2.4.2 A distribuição por profissões dos avós maternos do sector *secundário* — ver quadro B₂ — não deixa concluir mais que o pouco alcançado pela observação do quadro do mesmo sector correspondente aos avós paternos.

A profissão de «pedreiro» concentra novamente o maior volume de respostas na E. T. As considerações tecidas anteriormente acerca desta profissão têm cabimento pleno nesta altura. Surgem desta vez dois «serventes», a juntar aos profissionais precedentes e a integrar na linha teórica já relembrada. A profissão de «carpinteiro» coloca-se, mais uma vez, num lugar elevado, especialmente na E. T. Confessamos não perceber o seu significado, intrigando-nos, em consequência, a sua percentagem perante as outras profissões.

Em termos gerais, o sentido de todo este sector é difícil de apreender. Por isso, fique-se apenas com a convicção de que se trata em larga medida de uma categoria de «transição», de lenta mobilidade intersectorial e contextual. Com a mesma leitura para os dois estabelecimentos de ensino?

É muito provável. Justificar-se-ia o menor volume de avôs maternos do sector secundário no L. N., por ser alto nesta escola o nível de apropriação dos avôs maternos do sector primário. Assim, seriam muito menos os que precisariam de uma mobilidade lenta, passando pelo secundário ou não, para saírem da sociedade tradicional. (Esquema de raciocínio baseado numa sociedade onde o sistema de produção iniciava o seu dinamismo centralizador e concentracionário, com uma evolução lenta e fortemente condicionada por forças antiprogressistas. Este assunto é, porém, outro.)

2.4.3 O quadro B₃ indica as profissões e ocupações que compõem o sector *terciário* dos avôs maternos.

Como no caso dos avôs paternos, também a classe de maior frequência, no L. N., é a dos «proprietários». Não acontece o mesmo fenómeno na E. T., onde o número destes é bastante inferior ao da outra escola. Na E. T. levanta-se com o maior volume a profissão de «comerciantes». Esta ocupa o segundo lugar no L. N. Embora seja difícil avaliar o sentido desta actividade, tem-se de salientar que o seu aparecimento na E. T. atenua algumas distâncias existentes entre as distribuições de cada escola. Este esbater de diferenças não se notara para o sector primário, pelo que a observação só é válida para o sector agora em causa. Mas, se as origens sociais teóricas das mães se aproximam, entre as escolas existem, apesar de tudo, diferenças que não devem ser esquecidas. Temos 5 pais das mães com profissões que exigem um diploma de estudos superiores. São 4 do L. N. e 1 da E. T. No L. N., 10 avôs precisam, para desempenhar as suas funções, de habilitações literárias superiores ao ensino primário elementar. Na E. T. distinguem-se apenas 3 casos nestas circunstâncias.

O sector terciário, ao apresentar-se menos distinto entre as escolas, sugere-nos que a mobilidade para o meio urbano, no caso materno, é posterior à mobilidade profissional e social encontrada para os pais. Significa, de certo modo, que as disparidades estão somente em formação e, concomitantemente, noutros casos, que no sector existe um nivelamento pelas posições médias.

2.5 Poderíamos considerar desde já concluída a caracterização das origens sociais do pai e da mãe dos alunos interrogados. E nem vale a pena recapitular as principais ideias sobre o assunto. Acredita-se que as linhas gerais definidoras da dinâmica social dos pais (pai e mãe) ficaram suficientemente desenhadas, para não serem esquecidas e servirem de base, agora com outros «olhos», à abordagem das origens sociais dos próprios alunos. Basta, por exemplo, ler afirmativamente as perguntas que desencadearam a análise interna dos sectores de actividade económica dos avôs em geral.

Não queremos, no entanto, prosseguir sem fazer ainda uma observação que servirá, assim o pensamos, para completar o quadro social que se vem traçando sobre as famílias. Para o efeito tenhamos presente o quadro n.º 7. Nesta tabela reúnem-se elementos que possibilitam comparar os avôs paternos e maternos da mesma escola e recapitular as divergências entre as escolas. Escolheram-se os sectores mais representativos e, nestes, os indicadores que melhor traduzem as disparidades.

No sector *primário* convém destacar o indicador obtido pela relação «lavradores + agricultores sobre o total dos avôs do sector». É um índice privilegiado, já o dissemos, por conjugar duas categorias profissionais bem distintas das restantes. Diremos apenas duas ou três palavras sobre as diver-

gências dentro de cada escola. A comparação interescolas, efectuada precedentemente, é facilmente realizada agora por qualquer leitor atento.

No sector primário, e para as duas escolas, os avôs paternos ocupam posições socioeconómicas superiores às dos avôs maternos. O sector terciário não se deixa apreender tão facilmente. No L. N., os indicadores apontam para uma situação qualitativamente superior por parte dos avôs paternos. Na E. T. é preciso matizar os comentários. Apesar disso, qualitativamente, a posição materna dir-se-ia superior à paterna. O que vai na linha do afirmado em 2.4.3 sobre as menores diferenças entre os avôs maternos do sector terciário.

Alguns indicadores socioprofissionais por tipos de avôs e escolas

[QUADRO N.º 7]

[Percentagens]

Indicadores	E. T.		L. N.	
	Avô paterno	Avô materno	Avô paterno	Avô materno
Sector primário:				
Trabalhadores rurais em percentagem do total dos avôs do sector	62,4	68,6	33,3	40,0
Lavradores + agricultores em percentagem do total dos avôs do sector	20,2	19,5	58,6	53,0
Sector terciário:				
Proprietários em percentagem do total dos avôs do sector	10,3	11,1	21,3	23,2
Comerciantes em percentagem do total dos avôs do sector	12,8	27,8	18,7	15,9
Cursos superiores em percentagem do total dos avôs do sector	—	—	10,7	5,8

2.6 Concluída a caracterização dos avôs dos alunos, temos consciência de que as origens sociais dos progenitores dos alunos não foram as mesmas nas duas escolas. Esta constatação leva-nos a afirmar que cada estabelecimento de ensino tomou um caminho que o conduziu a diferenças de posições económicas e sociais, conforme se trate das famílias nucleares da E. T. ou do L. N. O mesmo é dizer que arrastou os alunos para tipos distintos de origens sociais.

A pesquisa concentrar-se-á em seguida nas famílias nucleares dos inquiridos. Começar-se-á pela mãe, abrindo, deste modo, o caminho para atingir o chefe da família, cujas características são fundamentais.

O que se acaba de ler equivale a dividir o estudo das origens sociais dos alunos em duas partes. Na primeira, que agora termina, compreendeu-se e apanhou-se o sentido da comparação social das duas escolas. Serviu para captar as linhas gerais que cada estabelecimento parece desenhar. Traçadas estas, convém ir mais além. A segunda parte terá como objectivo medir a distância entre as duas linhas de evolução. Se disséssemos que a primeira parte correspondeu à fase de investigação genérica das origens sociais, dever-se-ia acrescentar agora que à fase seguinte cabe a concretização dessa investigação.

Estas reflexões não equivalem, ressalve-se, totalmente à realidade. Deve-se-lhes reconhecer, todavia, alguma pertinência e, até, um valor de

esquema indicativo. A complexidade de qualquer comentário sobre valores numéricos ultrapassa a rigidez de um esquema deste género. O que não o impede de se definir como um objectivo a aproximar.

3. AS ORIGENS SOCIAIS DOS ALUNOS

3.1 Precedentemente explicou-se porque se inicia este capítulo pelas mães dos alunos. Na verdade, pareceu-nos preferível começar por saber quem eram e como se caracterizavam socialmente. A resposta a estas perguntas abre-nos pistas, indicações para uma abordagem mais directa dos alunos. Depois, a partir destes, será fácil integrar a família nos sistemas de classificação socioeconómica.

O quadro n.º 8 compara as *naturalidades das mães* dos alunos contactados por regiões e escolas.

Em ambos os estabelecimentos se constata que a «região» de naturalidade com mais casos é a chamada «campos do distrito de Évora». Por outras palavras, a característica da ruralidade — já mencionada algumas

Naturalidade da mãe por zonas e escolas

[QUADRO N.º 8]

Naturalidades	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Cidade de Évora	72	27	50	20
Outras sedes de município do distrito	43	16	52	21
Campos do distrito de Évora	110	41	71	28
Outros distritos do Alentejo	20	8	34	14
Outras regiões	20	8	44	17
Total	265	100	251	100
Nulos	3	—	6	—

vezes, em comentários anteriores — é o fenómeno mais importante, nas duas escolas, para esta população. Contudo, o valor relativo dessa característica é mais elevado — e com grande nitidez — na E. T. As mães dos alunos deste estabelecimento escolar eram de origem rural em 41,5 % dos casos, contra apenas 28 % no L. N. *Este fenómeno confirma os índices relacionados com os avós, que indicavam a E. T. como a mais influenciada pela «sociedade rural».*

Prosseguindo: quando se apurar o local de residência da família, ter-se-á ocasião de conhecer a mobilidade geográfica do núcleo familiar. De qualquer modo, a comparação da naturalidade das mães com a dos seus filhos indica a existência de mobilidade geográfica (ver quadro n.º 9). Esta mobilidade define-se, de maneira geral e para as duas escolas, como um movimento migratório interno, do meio rural para o meio urbano. Quer na E. T., quer no L. N., o acréscimo de nascimentos, na cidade de Évora, dos alunos em relação às mães é da ordem dos 23 pontos. Este incremento resulta pronunciadamente de saídas dos «campos do distrito de Évora». Mas a migração rural é mais saliente na E. T. Esse género de migração foi principalmente consequência, no L. N., de deslocações de «outras sedes de município do distrito» para a «cidade de Évora». Ora este tipo de tran-

sição não tem, normalmente, o mesmo significado que o movimento populacional vindo directamente do campo. Em termos de apropriação social, a deslocação em duas etapas proporciona, em princípio, níveis mais elevados. A sua existência no L. N., com relevância que não se pode esconder, diferencia as escolas no tocante a migrações. Estas distinções integram-se, não precisamos de o sublinhar, num conjunto mais vasto de diferenças que têm vindo a ganhar forma.

**Comparação das naturalidades das mães com as dos filhos
por regiões e escolas**

[QUADRO N.º 9]

[Percentagens]

Regiões	E. T.		L. N.	
	Alunos	Mães	Alunos	Mães
Cidade de Évora	50	27	43	20
Outras sedes de município do distrito	14	16	15	21
Campos do distrito de Évora	24	41	17	28
Outros distritos do Alentejo	6	8	9	14
Outras regiões	6	8	16	17
Total	100	100	100	100

3.2 Muito significativo é o quadro n.º 10, sobre as habilitações literárias das mães dos alunos. Os números encontrados são de tal maneira claros que qualquer comentário se torna desnecessário. O critério «habilitações literárias» é importante, pelas implicações sociais, profissionais e económicas que pressupõe. O seu cruzamento com as escolas em estudo revela situações bem diversas.

**Distribuição das mães por tipos de habilitações literárias
e por escolas**

[QUADRO N.º 10]

[Percentagens]

Tipos de habilitações	E. T.	L. N.
4.ª classe ou menos	98	74
Ensino secundário	2	19
Ensino médio	—	4
Ensino superior	—	3
Total	100	100

Saliente-se que, apesar da força do quadro, há no L. N. 74 % de habilitações fracas ou inexistentes. O que atenua, em certa medida, a impressionante diferença notada à primeira vista. Mas esse número mostra sobretudo que as habilitações literárias das mães, mesmo no L. N., são baixas. Este ponto pode dar uma ideia errada de certa equivalência que julgamos não corresponder à realidade. Só o avanço do nosso trabalho esclarecerá esta dúvida.

3.3 Entramos agora mais propriamente na caracterização económica e social das origens dos alunos. Os quadros e comentários que se seguem,

embora baseados em elementos referentes ao pai, e só num ou noutro aspecto à família, pretendem ser globalizados e vistos como se referenciassem toda a família.

O quadro n.º 11 agrupa as *naturalidades* paternas por regiões. Em relação à E. T. podemos dizer que os valores se concentram em dois pólos: nos «campos do distrito de Évora», em primeiro lugar, e na «cidade de Évora», em seguida. Estas duas «regiões» de naturalidade acumulam mais de dois terços do total. Conclui-se, desde já, que a mobilidade geográfica na E. T. é fraca. No L. N., onde 30 % dos pais nasceram fora do distrito, a mobilidade é superior, cerca de duas vezes. Este fenómeno, embora seja

Naturalidade do pai por zonas e escolas

[QUADRO N.º 11]

Naturalidades	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Cidade de Évora	75	30	52	21
Outras sedes de município do distrito	39	16	42	17
Campos do distrito de Évora	94	38	77	32
Outros distritos do Alentejo	18	7	33	14
Outras regiões	21	9	38	16
Total	247	100	242	100

difícil ligá-lo a uma causa, pode-se acreditar que se relacione com a participação nos estratos sociais e com a mobilidade profissional e social. É muito possível que a uma maior mobilidade geográfica corresponda, genericamente e sem se estabelecer entre os fenómenos uma relação causal, uma maior mobilidade social (ascendente) e, logicamente, uma posição estratual mais elevada.

O quadro n.º 12 compara as *naturalidades* dos pais, das mães e dos alunos. As estruturas das naturalidades dos pais e das mães são semelhantes em cada escola. Com os filhos verifica-se — o fenómeno já foi posto em evidência relativamente às mães — *que há uma passagem dos «campos do distrito de Évora» para a «cidade de Évora»*. Por outras palavras, estamos a identificar novamente a migração rural. No L. N., o fenómeno é mais amplo, começando o movimento em direcção à cidade para além dos limites do distrito. No entanto, tudo isto é já por nós conhecido. Será útil

Naturalidades dos alunos, das mães e dos pais por regiões e escolas

[QUADRO N.º 12]

[Percentagens]

Regiões	E. T.			L. N.		
	Alunos	Mães	Pais	Alunos	Mães	Pais
Cidade de Évora	50	27	30	43	20	21
Outras sedes de município do distrito ...	14	16	16	15	21	17
Campos do distrito de Évora	24	41	38	17	28	32
Outros distritos do Alentejo	6	8	7	9	14	14
Outras regiões	6	8	9	16	17	16
Total	100	100	100	100	100	100

relembrar, todavia, o que se disse sobre as naturalidades maternas. Essas observações, completadas por estas e pelas efectuadas sobre as naturalidades dos alunos, permitem-nos um quadro migratório, e não só: pense-se na importante característica indicativa de «ruralidade» das famílias de cada escola. Os comentários sobre os avós completam o painel.

3.4 O quadro n.º 13 refere-se às *habilitações literárias* dos pais dos alunos inquiridos. Tal como aconteceu com o quadro correspondente para as mães, os números encontrados falam por si. As habilitações literárias

Habilitações literárias do pai, por tipos e escolas

[QUADRO N.º 13]

[Percentagens]

Habilitações literárias	E. T.	L. N.
Instrução primária ou menos	95	64
Ensino secundário	5	24
Ensino médio	—	3
Ensino superior	—	9
Total	100	100
Sem resposta	—	—

paternas na E. T., se bem que superiores às maternas — o que se verifica igualmente no L. N.²⁰ —, são particularmente baixas. Quando se observa que 36 % dos pais do L. N. têm habilitações superiores à escola primária elementar, contra apenas 5 % na E. T., toma-se uma vez mais consciência das disparidades entre as duas escolas. Ligando, como o fizemos, esta variável à apropriação económica e social, é inegável, perante o quadro, que os pais dos alunos não tiveram, em muitos casos, as mesmas origens sociais, nem proporcionaram, consequentemente, aos seus filhos situações sociais de partida idênticas. Em ambos os casos aparece prejudicada a E. T.

Estas ideias não aparecem aqui pela primeira vez. Repetem-se, ao longo do trabalho, como uma verdade que se quer impor. Desta vez, a um nível de diferenciação mais elevado, diminuindo os casos comuns, de difícil teorização. As situações estão, neste momento, mais distintas. Como se, à medida que se avança, se desenhasssem melhor os limites de cada escola e a sua orientação fosse para o distanciamento mútuo.

3.5 O afastamento duma escola em relação à outra continuará a verificar-se quando considerados outros indicadores? Vejamos como se distribuem as profissões e ocupações dos pais pelos sectores de actividade económica (quadro n.º 14).

Na E. T. é o sector secundário que reúne o maior número de pais. Seguem-se-lhe, por ordem e com grandezas mais ou menos semelhantes, o sector terciário e o primário. No L. N., o sector predominante é, de muito longe, o terciário. O valor que concentra é superior ao dobro do encontrado para a E. T. Vêm depois, distanciados, os sectores secundário e primário.

²⁰ Lembre-se que as categorias socioprofissionais dos avós paternos eram superiores às dos avós maternos. Não é difícil fazer residir aqui a diferença de habilitações literárias entre os pais e as mães dentro de cada escola.

Retiram-se duas constatações imediatas deste quadro: a primeira, *para a E. T., aponta o carácter suburbano ou de transição das profissões paternas* (predominância do sector secundário); a segunda, *sobre o L. N., frisa a característica de «urbanidade» das profissões exercidas pelos pais dos alunos*. Se se confirmarem estas conclusões gerais — quer pela análise interna de cada sector, quer pelo estudo do local de residência —, teremos o corpo principal do estudo arquitectado. Tudo nos leva a crer que cada estabelecimento de ensino siga as vias acima esboçadas.

Distribuição das profissões e ocupações dos pais pelos sectores de actividade económica e escolas; comparação com a composição da população activa masculina do distrito de Évora

[QUADRO N.º 14]

Sectores de actividade	E. T.		L. N.		População activa masculina do distrito de Évora em 1970 (percentagem)
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	
Sector primário	64	25	31	13	50
Sector secundário	111	44	52	22	29
Sector terciário	78	31	154	65	21
Total	253	100	237	100	100

A última coluna do quadro n.º 14 vem, aliás, reforçar estas ideias. Podemos observá-la, antes de passar à análise dos dois aspectos indicados. Essa coluna revela-nos a estrutura da população activa masculina do distrito de Évora, por sectores de actividade económica, para o ano de 1970, e compara-a com as estruturas das profissões paternas, igualmente por sectores, para cada escola.

Uma apreciação de conjunto evidencia, antes do mais, as disparidades existentes entre as estruturas profissionais do conjunto dos pais dos alunos das duas escolas e a estrutura da população activa masculina do distrito. A distribuição sectorial das profissões totais continuava, em 1970, marcadamente rural. O trabalho na actividade agrícola — e os valores sociais e culturais rurais, digamo-lo, na sequência teórica que vem fundamentando este estudo — era o traço fundamental na fisionomia do distrito. Porém, esta sociedade rural não encontrava correspondência em nenhuma das escolas. As profissões paternas integráveis no sector primário eram minoritárias na E. T. e mais ainda no L. N. Significa que, genericamente falando, *os filhos dos profissionais agrícolas do distrito — como certamente do País — não tinham — e seguramente continuam a não ter — muitas oportunidades de frequentar estes estabelecimentos de ensino*. Convencidos da veracidade deste facto e da sua importância, acrescentemos que, sendo as duas escolas «fechadas», a «mais aberta», apesar de tudo, aos filhos destes estratos era a E. T.

No pólo oposto surgem as profissões do sector terciário. Enquanto o primário estava sub-representado, este sector, em ambas as escolas, mas com especial relevo no L. N., aparece sobrevalorizado. As escolas surgem, portanto, *realmente* mais acessíveis aos filhos das famílias caracterizadas por profissões terciárias. A razão deste fenómeno encontra-se certamente no facto de este sector proporcionar um nível socioeconómico em geral mais elevado. Os que escapam a esta característica têm, mesmo assim, maior facilidade em frequentar o ensino secundário, desde que a residência da

família coincida com o local da escola. Pôr os filhos a estudar torna-se, para estes estratos, um pouco mais acessível desde que se verifique essa coincidência. O que não quer dizer que os inscrevam indiscriminadamente numa ou noutra escola. Para o demonstrar é-nos fundamental verificar que as famílias destes alunos vivem, na sua generalidade, em Évora, o que lhes dá uma característica comum; em seguida, provar que a inscrição nas escolas se faz segundo um critério de selecção onde as origens sociais têm influência determinante.

Retomando o quadro n.º 14 e notadas as diferenças de estrutura e a deficiente representação de determinadas profissões, convém descer às escolas em si.

A estrutura profissional do conjunto dos pais na E. T., comparada com a do distrito, vem reforçar as ideias anteriormente adquiridas acerca desse estabelecimento escolar. O sector terciário sobrevalorizado era de esperar, como vimos. O que não seria de supor, para quem não tivesse seguido o desenvolvimento do nosso estudo, era a *enorme sobrevalorização do sector secundário* nesta escola. Note-se que, no L. N., o fenómeno se não verifica, antes pelo contrário. O que indica que os alunos provenientes de um dado tipo de famílias, com certeza *mais modestas*, perante os dois estabelecimentos, se decidem pelas E. T. Somos levados a acreditar que as nossas hipóteses de trabalho estão a demonstrar a sua validade.

A E. T. aparece ainda sob o peso da característica de «transição» ou, dizendo-o de outro modo, como ligada a um estrato social suburbano: nela, muitos dos pais foram, provavelmente, objecto de mobilidade geográfica e profissional intersectorial. Também aconteceu este fenómeno no L. N. — lembrem-se as naturalidades dos pais dos alunos —, mas em menor escala. Em termos globais, *a mobilidade foi muito mais sentida na E. T., mas o percurso realizado foi pequeno*, porque o estrato de arranque — pense-se nos respectivos avós paternos — era baixo.

Se se quisessem resumir as lições do quadro n.º 14, afirmar-se-ia, em termos esquemáticos, que a *E. T. se configura, tendencialmente, como um estabelecimento de ensino para filhos do estrato social recentemente liberto da actividade rural: o operariado em geral. O L. N. desenha-se, por seu lado, como uma escola destinada aos descendentes dos estratos superiores, veículo por onde passam as classes dominantes tradicionais e capitalistas*. No primeiro caso, vendo apenas os aspectos sociais da questão, a instituição apresenta-se como um instrumento de aprendizagem profissional e tão-só, permanecendo os alunos na situação de classe dominada. A segunda escola, o L. N., aparece a confirmar a posição de domínio já existente ao nível dos pais e, em certos casos, a permitir uma mobilidade social integrada.

3.6 *Em certa medida, o que acabámos de dizer atinge os objectivos implícitos nas hipóteses de trabalho*. No entanto, não devemos ainda dar por completo o trabalho de identificação das origens sociais dos alunos e das suas influências na distribuição pelas duas escolas. Convém aprofundar as diferenças encontradas.

Começaremos por examinar mais correctamente o conteúdo socioeconómico dos sectores de actividade dos pais dos alunos. Para o conseguir, procederemos à análise das profissões que compõem cada sector de actividade, por escolas. Mais à frente, a finalizar a caracterização das origens sociais, as famílias serão distribuídas pelos outros sistemas de categorização considerados de interesse.

3.6.1 No quadro C₁, em anexo, discriminam-se as profissões paternas pertencentes ao sector *primário*, por escolas.

As profissões mais salientes são, na E. T., «trabalhadores rurais» e, no L. N., «agricultores», seguidos de «trabalhadores rurais» e «regentes agrícolas». Como esta enumeração, por si só, não é suficientemente significativa, comparemos os trabalhadores rurais ao total dos trabalhadores do sector, por estabelecimentos. Na E. T., dos 64 pais activos no sector primário, 48 são trabalhadores rurais, o que equivale a 75 % dos casos, ou seja, à grande maioria dos indivíduos presentes nesse sector. No L. N., a correspondente percentagem é bastante inferior: 25,8 %. As duas proporções indicam grandes divergências entre as escolas.

Deste modo, pode caracterizar-se o *sector primário da E. T. como «fraco»* do ponto de vista profissional e socioeconómico. *Do L. N. diz-se o contrário.* Aliás, os índices seguintes vêm consagrar a justeza destas conclusões. No L. N., os lavradores e os agricultores pesam 41,9 % no total. Na E. T., só 7,8 %. As percentagens sublinham a acuidade das constatações anteriores.

Disse-se o principal sobre as disparidades entre os sectores primários de cada escola. Acrescentem-se, a título de pormenor, duas percentagens: os trabalhadores rurais da E. T. representam, para o total dos pais activos na escola, 19,0 % dos casos; no L. N., apenas 3,4 %. Como se trata do conjunto profissional mais volumoso no total da população activa do distrito, os números recordam-nos que esta categoria não participa proporcionalmente, «democraticamente», na composição das escolas. Especialmente no L. N., que lhe é uma escola inacessível.

3.6.2 O quadro C₂, em anexo, mostra como se distribuem, pelo sector *secundário*, as profissões dos pais dos alunos de cada escola ocupados nesse sector.

A análise interna deste sector não facilita conclusões de especial interesse, como já antes sucedeu. Assim, as profissões que engloba têm mais significado quando tratadas globalmente do que quando tomadas especificamente. Salientam-se, no entanto, dois ou três aspectos que servirão como complemento de informações conhecidas.

Primeiro, as profissões incluídas neste sector são, em geral, actividades laborais «urbanas», ou seja, profissões que exigem, normalmente, para serem desempenhadas, um meio social «grande», que possa absorver o produto do seu trabalho. É importante marcar esta característica, por contribuir para a justificação do atributo de «transição», ligado, ao longo de toda a nossa exposição, ao sector secundário. Depois, sobre os pedreiros, recorde-se que lhes atribuímos um valor indiciário: mostravam, dissemos, a passagem da sociedade rural para a urbana. Aliando-lhes a categoria de «servente», temos, na E. T., 23 pais com essa função, número que é abertamente superior ao do L. N., onde se registam somente 2 casos. Confirma-se, mais uma vez, a «teoria da transição», que desenvolvemos para este sector.

3.6.3 O sector terciário conduz a observações relevantes. No quadro C₃, em anexo, pormenorizam-se as profissões paternas enquadradas nesse sector.

Na E. T., as profissões mais volumosas são, por ordem decrescente, as de «comerciante», «funcionário público», «caixeiro» e «G. N. R.». No L. N., também «comerciante» em primeiro lugar, com «empregado de escritório»,

«funcionário público» e «sargento» a seguir. Há diferenças entre os dois conjuntos de profissões principais. Utilizando indicadores mais sensíveis, compreender-se-á melhor o seu alcance.

No L. N., 29 pais desempenhavam funções que exigem um diploma de estudos superiores. Na E. T. não existia nenhum. Este indicador, pela sua clareza, orienta-nos para tendências fortemente marcadas e coerentes com as constatações precedentes: *o sector terciário do L. N. tende para os estratos socioeconómicos mais elevados; na E. T., a direcção é a inversa.* O indicador seguinte reforça esta ideia: pais ocupando-se de tarefas que exigem um nível de qualificações escolares superiores à 4.^a classe havia 17 na E. T. e 84 no L. N., ou seja, cinco vezes mais.

Não é difícil ver entre as escolas, ultrapassando os indicadores, situações socioeconómicas bem distintas e conformes com as hipóteses de trabalho.

3.7 Onde residiam as famílias dos alunos inquiridos? Imaginou-se que esta questão se poderia revelar interessante para, por exemplo, melhor compreender o atributo da «ruralidade». O quadro n.º 15 foi construído para facilitar a resposta.

Residência da família por zonas e escolas

[QUADRO N.º 15]

Regiões	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Cidade de Évora	188	70	189	74
Outras sedes de município do distrito	24	9	20	8
Campos do distrito de Évora	46	17	28	10
Outros distritos do Alentejo	4	2	10	4
Outras regiões	6	2	10	4
Total	268	100	257	100

A primeira impressão que se retira do quadro evidencia que a maior parte das famílias viviam em Évora. *As escolas servem sobretudo a população residente na cidade.* Este facto vem na linha do que foi dito alguns pontos atrás, ao afirmar-se que a coincidência da habitação com o local da escola facilita, a determinadas categorias da população, o acesso ao ensino secundário. Por outro lado, verifica-se de novo a hipótese da *mobilidade do meio rural para o meio urbano*. Basta ver, na E. T., por exemplo, que a percentagem de alunos nascidos na «cidade de Évora» era de 50 % e que as famílias aí residentes representavam 70 % do total. Esta diferença resulta, como se pode deduzir comparando os quadros n.ºs 4 e 15, de um movimento em direcção a Évora de pessoas provenientes de «outras sedes do distrito» e dos «campos» deste. Também houve quem, de fora do distrito, tomasse a mesma direcção. Saliente-se concretamente a atracção exercida sobre pessoas de «outros distritos do Alentejo». No L. N. verifica-se o mesmo, sendo a intensidade mais forte.

Observe-se, por outro lado, que a E. T. possui valores superiores aos do L. N. nas zonas consideradas indiciárias de «ruralidade». 26 % das famílias viviam no distrito, mas fora da cidade de Évora. No L. N., somente

18 %. Estas percentagens abrem igualmente outra perspectiva: um número maior de famílias de fora da cidade, com meios para pagar os estudos, preferem inscrever os seus filhos na E. T. A razão pode estar na menor duração do curso técnico. A despesa a enfrentar torna-se menor.

Para aprofundar, comparámos as profissões ou ocupações dos chefes das 70 famílias da E. T. residentes no distrito, mas não em Évora, com as dos das 48 famílias do L. N. nas mesmas circunstâncias. Dois terços dos inquiridos do L. N. residentes fora da cidade pertencem a categorias socioeconómicas acima da média. Quanto à E. T., 77 % das famílias das mesmas zonas podem ser classificadas na categoria mais baixa. Portanto, tal como acontece com as famílias da cidade, as que residem fora também distribuem os filhos pelas escolas segundo o *status* económico e social que as caracteriza. Assim, esquematizando, para o L. N. convergem os oriundos das famílias de posição social mais elevada; a frequência da E. T. coincide com as origens sociais inferiores àquelas. As hipóteses de trabalho verificam-se, por conseguinte, também para a distribuição pelas duas escolas dos alunos exteriores à cidade.

De qualquer modo, as escolas são relativamente «fechadas» aos não domiciliados em Évora. A existência de familiares na cidade em condições de alojar os candidatos a preços módicos facilita a um certo número o acesso ao ensino secundário. Vejam-se os seguintes números, que autorizam estas afirmações: na E. T., dos 27 filhos de trabalhadores rurais de fora da cidade, 10 viviam com os pais — iam e vinham diariamente, utilizando os transportes públicos²¹; os 17 restantes (11 vivendo com pessoas de família e 6 em quartos) pagavam uma mensalidade média de somente 442\$, incluindo alojamento. É de crer que esta quantia não era mais elevada porque cerca de 2/3 viviam com parentes e os demais habitavam em condições pouco cómodas. No L. N., onde a existência de familiares residentes na cidade também representava um auxílio importante, os alunos gastavam, em média, 816\$, quase o dobro da importância despendida pelos da E. T.

3.8 O sistema de classificação baseado nos sectores de actividade económica mostrou-se perfeitamente revelador das diferenças socioprofissionais identificáveis entre as escolas. Aquelas são, por sua vez, projectáveis em disparidades socioeconómicas.

É importante, contudo, classificar as famílias antes de prosseguir, agora segundo os outros sistemas de classificação socioeconómica referenciado na parte I deste trabalho.

Com base no sistema de categorias utilizado pelo I. N. E., construiu-se o quadro n.º 16. Nota-se imediatamente *que as categorias mais salientes não coincidem*, conforme as escolas. *Na E. T. temos a categoria designada por «operários». No L. N. os «empregados».* Um conjunto facilmente caracterizável como «suburbano», outro como «urbano». Atributos conhecidos, agora identificados de outro modo. Continuando: *as categorias mais elevadas* (ou seja, a que correspondem profissões superiores, quanto à remuneração, qualificação ou nível de responsabilidade) *aparecem mais representadas no L. N.:* «patrões e isolados agrícolas», «patrões e isolados não

²¹ Não pertence a este trabalho estudar as possibilidades de deslocação oferecidas pelos transportes públicos. Aproveitando, no entanto, a ocasião, deve-se lembrar que os horários e a velocidade média desses transportes, sem falar no custo das viagens, não permitem fácil acesso às escolas a não residentes em Évora.

agrícolas», «profissões liberais e similares» e «directores de empresa e chefes de serviço». No total havia 12,3 % de casos desta natureza na E. T., contra 33,1 % no L. N. Estas percentagens separam as duas escolas, tal como acontece com as respeitantes a assalariados «modestos»: *na E. T., os «trabalhadores agrícolas por conta de outrem» e os «operários» somam 53,1 % do total das famílias; no L. N., a sua adição não excede 23,1 %.* (Recorde-se que metade dos «trabalhadores agrícolas por conta de outrem» eram, neste último estabelecimento escolar, feitores ou regentes agrícolas.)

Distribuição das famílias de origem dos alunos pelas categorias socioeconómicas do L. N. E., por escolas

[QUADRO N.º 16]

Categorias	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Patrões e isolados agrícolas	5	1,9	13	5,4
Trabalhadores por conta de outrem	56	21,7	18	7,4
Patrões e isolados não agrícolas	26	10,0	38	15,7
Profissões liberais e similares	1	0,4	25	10,3
Directores de empresa e chefes de serviço	—	—	4	1,7
Empregados	66	25,6	78	32,2
Operários	81	31,4	38	15,7
Trabalhadores dos serviços domésticos e similares	4	1,6	2	0,8
Forças Armadas	17	6,6	22	9,1
Outros activos não especificados	2	0,8	4	1,7
Total	258	100,0	242	100,0
Nulos	10	—	15	—

O quadro n.º 17 distribui as famílias das escolas por categorias económicas e sociais adaptadas à realidade distrital. Paralelamente, coteje-se essa distribuição com uma estrutura estimada da população activa masculina do distrito de Évora, calculada a partir dos apuramentos preliminares do 11.º Recenseamento da População, transpostos para o sistema tipológico que nos interessou considerar. As categorias estão dispostas por ordem crescente. A categoria socioeconómica I, por exemplo, concentra todas as famílias de *status* mais baixo, e assim sucessivamente até à categoria V, a de *status* mais alto.

Distribuição das famílias por categorias socioeconómicas de origem e escolas

[QUADRO N.º 17]

Categorias	E. T.		L. N.		População activa masculina do distrito em 1970 (percentagem)
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	
Categoria socioeconómica I ...	138	54,5	49	20,7	73,7
Categoria socioeconómica II ...	53	21,0	51	21,5	12,4
Categoria socioeconómica III ...	35	13,8	71	30,0	5,3
Categoria socioeconómica IV ...	27	10,7	37	15,6	4,6
Categoria socioeconómica V ...	—	—	29	12,2	4,0
Total	253	100,0	237	100,0	100,0

Mais de metade das famílias da E. T. — 54,5 % — pertenciam ao estrato mais baixo. Opostamente, o valor atingido por esse mesmo estrato no L. N. era fraco: 20,7 % dos casos. Na categoria I foram incluídos, como tivemos ocasião de o dizer, todos os assalariados da agricultura, da indústria e dos serviços domésticos cujas funções não exigissem habilitações literárias superiores à 4.^a classe, bem como os artesãos e o pessoal auxiliar das empresas particulares ou públicas. São estratos tradicionalmente «dominados», raciocinando em termos de «poder social». *A elevada percentagem de famílias desses estratos (categoria I) prova, para a E. T., afirmações anteriormente feitas sobre as origens sociais dos seus alunos.* Nesta escola não surge, aliás, no outro extremo da classificação (categoria V), qualquer família. Não é por acaso que tal classe aparece vazia. Integra-se no quadro dos atributos da E. T. já conhecidos. Se este estabelecimento não serve directamente os estratos «dominantes», o mesmo não se pode dizer do L. N.

Observemos que, nesta última escola (o L. N.), a categoria III obtém o maior conjunto na composição estrutural. Trata-se de um estrato «médio», que se diria ser o suporte social desse estabelecimento de ensino. Firmada neste suporte, para onde se orienta a escola? À primeira vista responder-se-ia que na direcção das categorias II e, em seguida, I. Simplesmente, estas duas últimas categorias, uma vez tomadas em conjunto, e apesar dos valores que concentram, aparecem fortemente sub-representadas. A probabilidade casual do seu aparecimento na estruturação das escolas é superior à de qualquer outra, pois participam em muito maior número na população activa global. Pode-se dizer, por conseguinte, que as percentagens que agrupam devem ser lidas com olhos *reductores*. Assim, é mais correcto, julgamos, apontar a tendência para as categorias IV e V. Estas, com pequenas percentagens na população activa global, logo com menores probabilidades casuais de surgirem nas escolas, aparecem, pelo contrário, com valores que, sem dificuldade, poderão ser considerados elevados. Aqui, a leitura das percentagens deve ser efectuada com lentes de *aumentar*. Em consequência, *o L. N. oferece uma imagem de escola para categorias «dominantes», apoiadas por um estrato médio — categoria III — tendencialmente superior.* (Recordem-se as profissões que o compõem, revendo a nota 15.)

De uma maneira geral, *o quadro mostra que o acesso ao ensino secundário não é fácil para os estratos sociais mais baixos.* Das duas escolas, é porém na E. T. que se encontra uma estrutura do conjunto das famílias mais aproximada da global, a nível do distrito. A E. T., apesar de também ser um estabelecimento de ensino «fechado», ainda é o mais «aberto» às camadas sociais de menor poder social. O L. N. é, por seu turno, pouco permeável à categoria socioeconómica I. Abre-se-lhe, quando muito, e conforme já vimos, se a família do aluno vive na cidade de Évora, ou, mais raramente, se algum parente se presta a alojá-lo.

Concluindo: *podemos considerar confirmadas as nossas hipóteses de trabalho.*

4. ORIGEM SOCIAL E CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS

4.1 Concluída a análise — que efectuámos em ligação com as hipóteses de trabalho iniciais — das origens sociais dos alunos e das suas famílias nas duas escolas, cabe agora abordar outros aspectos do nosso estudo, nomeadamente os que respeitam a características educacionais dos inquiridos.

A primeira variável sobre características educacionais refere-se às classificações obtidas pelos alunos nos dois primeiros períodos escolares do ano lectivo em que efectuámos o inquérito. Feita a média das notas atribuídas à população inquirida, separaram-se os resultados em três classes de aproveitamento. O quadro n.º 18 resulta do apuramento dessa variável — aproveitamento escolar —, distribuindo-a pelas classes referenciadas e por escolas.

Os alunos por tipos de aproveitamento escolar e escolas

[QUADRO N.º 18]

Tipos de aproveitamento	E. T.		L. N.	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Medíocre	106	39,6	39	15,5
Suficiente	155	57,8	170	67,7
Bom	7	2,6	42	16,8
Total	268	100,0	251	100,0

Temos ocasião de ver que *os alunos da E. T. tinham pior aproveitamento quando cotejados com os seus colegas do L. N.* A percentagem de alunos inquiridos com média «medíocre» — isto é, com forte risco de perder o 3.º ano — ultrapassava e bem, na E. T., o *dobro* da encontrada no L. N. Paralelamente, os alunos «bons» desta última escola equivaliam aos da E. T. multiplicados *por seis*. Note-se ainda que os «medíocres» não andavam, na E. T., muito afastados dos alunos «suficientes». Este facto mostra, com clareza, que a proporção de alunos deficientes, na E. T., era um fenómeno incontestável e muito importante. O peso deste tipo de alunos tinha, é de acreditar, influência no comportamento social de todo o universo escolar. *Os valores adquiridos pelos jovens de uma instituição onde o mau aproveitamento é quase normal não são, certamente, os mesmos que prevalecem noutra estabelecimento onde a norma é o bom aproveitamento.* Não cabe neste trabalho desenvolver este assunto, mas não se podia deixar de o referenciar. No L. N., os alunos com mau aproveitamento tinham pouca influência, sendo dissimulados e absorvidos pela adição dos «normais» e «bons».

O distinto aproveitamento escolar, segundo o estabelecimento de ensino, com vantagem saliente para o L. N., é inegável. Para o explicar poder-se-ia pensar, à primeira vista, que, em geral, os alunos «bons» vão para o L. N. e os «maus» para a E. T. Simplesmente, esta «explicação» de modo algum nos satisfaz. Especialmente por serem conhecidas as relações entre as origens sociais dos estudantes e o seu aproveitamento escolar. Várias investigações sociais puseram em relevo a influência dos factores sociais e económicos sobre o êxito escolar dos estudantes ²². Quando se têm

²² Veja-se, por exemplo, *Intellectual Maturity of Children: Demographic and Socio-Economic Factors*, estudo publicado pelo U. S. Department of Health, Education and Welfare, Public Health Service, em Rockville, Md., Junho de 1972. Os autores — Dale B. Harris e Jean Roberts — compararam a maturidade intelectual das crianças «brancas» e «negras» com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos. Provaram que, em igualdade de circunstâncias socioeconómicas, as crianças das duas «cores» obtêm resultados idênticos.

presentes estas conclusões, compreendem-se melhor as diversidades de aproveitamento escolar. Somos levados a recordar as distintas situações socioeconómicas em que se encontram os alunos de cada uma das escolas. A partir de então *não é difícil relacionar na E. T. a baixa posição económico-social ocupada pela generalidade das famílias de origem dos alunos com o fraco aproveitamento escolar destes últimos*. Estamos, neste caso, perante uma das mais concretas e apreensíveis consequências das disparidades sociais entre as escolas: não só os alunos da E. T. a frequentam, e não o L. N., por terem origens sociais mais «baixas», mas também essa frequência, pelos mesmos motivos, é mais deficientemente aproveitada.

Não é objectivo deste trabalho dizer a que conduzirão estes fenómenos quando os alunos entrarem no processo de produção. Observe-se, contudo, que os indivíduos dos estratos relativamente mais baixos frequentam uma instituição que não só lhes não facilita grande mobilidade social em termos de domínio e em relação à posição de origem, como inclusivamente ameaça a própria consolidação dessa posição em moldes mais modernos, devido ao insuficiente êxito escolar. Diga-se, por isso, em resumo, que *a fraca apropriação socioeconómica dos estratos de origem destes alunos tende a originar, a certo prazo, uma população activa com qualificação profissional incompleta ou quase nula*.

4.2 Os quadros n.ºs 19-A e 19-B distribuem a população das categorias socioeconómicas por tipos de aproveitamento escolar.

Tipos de aproveitamento escolar por categorias socioeconómicas

E. T.

[QUADRO N.º 19-A]

[Percentagens]

Tipos de aproveitamento	Categoria socioeconómica					Média geral
	I	II	III	IV	V	
Medíocre	38,4	49,1	40,0	18,5	—	39,6
Suficiente	57,2	49,1	60,0	81,5	—	57,8
Bom	4,4	1,8	—	—	—	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0

Exceptuando as categorias I e V, o aproveitamento sobe quando se passa de uma categoria para outra mais elevada. Assim, na E. T., 49,1 % dos alunos oriundos do estrato II tinham classificações medíocres, enquanto

Tipos de aproveitamento escolar por categorias socioeconómicas

L. N.

[QUADRO N.º 19-B]

[Percentagens]

Tipos de aproveitamento	Categoria socioeconómica					Média geral
	I	II	III	IV	V	
Medíocre	10,2	20,0	14,1	8,3	14,8	15,5
Suficiente	71,4	72,0	62,0	77,8	59,3	67,7
Bom	18,4	8,0	23,9	13,9	25,9	16,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

dos provenientes do estrato III apenas tinham idênticas classificações 40,0 %, diminuindo esta percentagem para 18,5 % no IV estrato. Este último valor, sendo inferior a metade da média geral, reflecte perfeitamente a relação entre o aproveitamento escolar e o estrato de origem. No L. N., o fenómeno desenvolve-se num sentido idêntico: passa de 20,0 % de alunos com má classificação na categoria II para 14,1 % na categoria III e 8,3 % na categoria IV.

O estrato I é representado, parece-nos, em ambas as escolas, tal como o V, por uma categoria de alunos que, do ponto de vista do aproveitamento escolar, se pode considerar especial. Os inquiridos pertencentes à categoria socioeconómica I provêm, lembre-se, do estrato mais baixo do sistema tipológico considerado. As famílias que o compõem têm, por definição, maiores dificuldades em inscrever e manter os seus filhos no ensino secundário. Quando o fazem, é, na generalidade, porque os seus descendentes apresentam, pelo menos segundo o professor primário, evidentes «dotes de inteligência», aos quais «seria uma pena» não dar uma oportunidade. Isto explica, a nosso ver, a elevada percentagem de alunos «bons» nesta categoria. Quanto ao estrato V, a percentagem considerável de «mediócras» compreende-se: presumivelmente, muitas destas crianças, de «boas origens», não obtiveram bom aproveitamento porque tinham a impressão, que lhes vinha do ambiente social que as envolvia, de que os estudos não lhes eram necessários para manter a sua posição social. Em linguagem franca, não sentiam o futuro ameaçado, pelo que a necessidade de o assegurar não se lhes levantava com particular acuidade. Além disso, desde muito jovens sofriam solicitações de outros valores que pouco tinham que ver com a educação formalizada, sobretudo em Évora, cidade de capitalismo agrário bem caracterizado. De qualquer modo, é curioso notar que, ao mesmo tempo, surge nesta categoria a maior proporção de boas classificações (25,9 % do total dos alunos do estrato), constatação que perfeitamente se integra no esquema normal de relações entre as categorias socioeconómicas e o aproveitamento escolar.

No quadro n.º 20 separam-se os alunos das duas escolas por tipos de aproveitamento escolar anterior ao momento do inquérito. O indicador

Os alunos e as reprovações de ano por escolas

[QUADRO N.º 20]

Número de reprovações	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Nenhuma	88	33	172	68
Uma	103	39	58	23
Duas	57	21	20	8
Três	14	5	—	—
Quatro ou mais	5	2	3	1
Total	267	100	253	100

retido foi o do «número de reprovações experimentadas» pela população inquirida ao longo do seu percurso académico. O quadro confirma o anterior.

Na realidade, *os alunos do L. N. apresentam uma carreira escolar superior à dos seus colegas da E. T.*: 68 % dos inquiridos no L. N. nunca

«chumbaram», contra somente 33 % na outra escola. Esta última percentagem deve ser considerada anormalmente baixa. Uma escola onde 67 % dos alunos já reprovaram pelo menos uma vez deixa-nos, é inevitável, apreensivos. Temos, perante este número, e sabendo-se que os alunos deste estabelecimento provinham, na sua maioria, dos estratos mais baixos, uma ideia correcta do peso das origens sociais sobre o aproveitamento educacional. Sem falar das repercussões na vida adulta (e activa) desta população. E ninguém poderá dizer tratar-se de uma instituição frequentada por «menos dotados», pois estaria a atribuir arbitrariamente esta característica aos jovens originários dos estratos inferiores... e a desviar o problema.

Em conclusão, compreendemos neste momento por que razão os alunos da E. T. (veja-se o quadro n.º 2) eram, no conjunto, mais velhos que os seus camaradas do L. N.

4.3 As «explicações» são um fenómeno conhecido pelos alunos do ensino secundário em Évora. Não temos ocasião de estudar neste local o seu significado; mas é um facto que as «aulas particulares» ou «complementares» fazem parte da vida estudantil da cidade. A nós interessava-nos o assunto como um indicador. É um índice «misto», por depender da — e, consequentemente, a revelar — situação socioeconómica da família e condicionar, por outro lado, o êxito escolar. Quase se poderia dizer, a seu respeito, que estabelece a ligação, de maneira concreta, entre a base socioeconómica do núcleo familiar do estudante e o correlativo aproveitamento educacional. Quem tem dinheiro, dir-se-ia numa linguagem mais terra-à-terra, «põe» os seus filhos na «explicação» e forma assim «bons alunos». (A relação entre as duas variáveis é mais complexa e manifesta-se através de outras influências, mas não nos interessa destacar aqui senão a presente, mesmo esquematicamente). Sendo assim, é previsível que as famílias do L. N. tenham maiores possibilidades de oferecer «aulas complementares» aos seus filhos. Isto confirmaria a sua situação socioeconómica privilegiada e ajudaria a compreender, de maneira mais tangível, a influência da posição social sobre o tipo de aproveitamento escolar.

O quadro n.º 21 responde afirmativamente às previsões: a percentagem de alunos com «explicações» é, no L. N., superior três vezes à obtida para a E. T. Mais de dois quintos dos alunos do primeiro estabelecimento

Alunos e «explicações» por escolas

[QUADRO N.º 21]

«Tens explicação?»	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sim	35	13	104	41
Não	233	87	151	59
Total	268	100	255	100

frequentavam uma «explicação». O preço médio por aluno com «explicação» era de 281\$ por mês. A mensalidade média era, na E. T., inferior: 214\$. Também a este nível se encontram disparidades. *Para os alunos do L. N., o pagar mais caro pode querer dizer duas coisas: ou ter mais horas de «explicações» (por exemplo, aulas particulares para as duas secções),*

ou frequentar melhores «explicadores». Em qualquer dos casos, os alunos do L. N. aparecem favorecidos quando confrontados com os seus colegas da E. T. É mais ainda se tivermos na memória os tipos de habilitações literárias dos pais e mães de cada escola. Aí também os alunos do L. N. surgem avantajados, por disporem, potencialmente pelo menos, de mais ou melhor auxílio cultural familiar.

5. INDICADORES DE «CONSCIÊNCIA SOCIAL»

5.1 Sabemos agora quais são as origens económicas e sociais da população que estudámos. Sabemos igualmente o peso dessas origens sobre a frequência de uma escola ou da outra, tendo-se consciência de que os cursos que as mesmas proporcionam não são idênticos em duração. *Vimos que a inscrição no curso menos longo (o da E. T.), isto é, o que prepara a curto prazo para a vida activa, coincide com as origens em estratos sociais mais baixos.* E relacionámos o aproveitamento escolar dos alunos em cada estabelecimento com a sua distribuição por categorias socioeconómicas.

Demos, por conseguinte, particular relevo à estratificação social e às suas manifestações educacionais. Que pensavam, porém, os alunos interrogados de tudo isto? Que noção tinham das diferenças sociais notadas entre as escolas? Que razões apresentavam para frequentar um tipo de ensino, e não o outro? Que ideia faziam da sua posição social?

Este conjunto de questões vai orientar a última fase da nossa pesquisa. Procuraremos responder aos problemas agora levantados. Estes formam, de certo modo, um todo, pelo que seríamos quase tentados a dizer que a investigação termina com o estudo de alguns *indicadores de «consciência de classe»*. Este qualificativo é, todavia, um pouco inadequado. Fiquem apenas a sua menção.

5.2 O questionário continha uma pergunta relacionada com a *profissão que cada inquirido gostaria de vir a desempenhar*. Afigurou-se interessante saber o que pensavam os alunos sobre este assunto. Tendo em conta as suas idades, as respostas serviriam, no possível, como indicador das profissões desejáveis pela juventude de estratos díspares. Passar daí à «consciência social» considerou-se jogo perigoso, pelo que o salto será apenas esboçado. Por isso se coloca esta matéria como primeiro ponto deste capítulo.

Com as respostas obtidas construíram-se os quadros n.ºs 22 e 23. No primeiro discriminam-se as profissões «escolhidas» pelos alunos do sexo masculino; no segundo, as «preferidas» pelas alunas. Começa-se pelo quadro n.º 22.

No conjunto das duas escolas, *a profissão mais desejada pelos rapazes foi, de longe, «engenheiro»: 47 escolhas, num total de 179. Segue-se-lhe, com 28 preferências manifestadas, «empregado bancário».* Como se os jovens dissessem que gostariam de ser engenheiros, mas se lá não conseguissem chegar... Por escolas, os «empregados bancários» chegam ao topo das preferências na E. T., à frente dos «engenheiros». Este resultado mostra o *realismo* dos alunos. Com efeito, embora com o curso técnico se possa chegar a engenheiro (mas muito dificilmente, sobretudo para indivíduos com fracos recursos económicos e da província), a outra profissão, mais atingível, aparece em primeiro lugar. Trata-se de uma actividade que, dentro das profissões médias e relativamente acessíveis, é considerada das mais

Profissões preferidas, pelo sexo masculino e por escolas

[QUADRO N.º 22]

E. T.			L. N.		
Número de ordem	Profissão escolhida	Número de alunos	Número de ordem	Profissão escolhida	Número de alunos
1	Empregado bancário	23	1	Engenheiro	25
2	Engenheiro	22	2	Médico	11
3	Serralheiro mecânico . . .	8	3	Professor secundário ..	8
4	Piloto-aviador	6	4	Médico veterinário ...	7
5	Professor	5	5	Empregado bancário ...	5
6	Regente agrícola . . .	4	6	Advogado	4
7	Empregado de escritório ...	4	7	Piloto-aviador	4
8	Empregado	4	8	Arquitecto	3
9	Enfermeiro	3	9	Regente agrícola . . .	2
10	Contabilista	3	10	Arqueólogo	1
11	Agente técnico	2	11	Contabilista	1
12	Electricista	2	12	Empregado de escritório ...	1
13	Médico	2	13	Oficial da marinha ...	1
14	Marinheiro	2	14	Pintor e escultor ...	1
15	Economista	1	15	Professor de ginástica ...	1
16	Professor de ginástica ...	1	16	Professor primário ...	1
17	Desenhador	1			
18	Lavrador	1			
19	Professor secundário ..	1			
20	Torneiro mecânico ...	1			
21	Administrador	1			
22	Construtor civil	1			
23	Analista . . .	1			
24	Mestre de oficinas ...	1			
25	Jogador de bola ou semelhante . . .	3			
	Total das escolhas	103		Total das escolhas	76
	Nulos	13		Nulos	11
	Total dos alunos	116		Total dos alunos	87

elevadas. Por isso dizemos haver realismo, apesar da idade, na escolha. «Serralheiro mecânico» seria igualmente uma actividade profissional normal para quem frequentava a E. T. Apenas as escolhas «médico» (2 casos) e «jogador de bola e semelhantes» podem ser tidas por irrealistas. É curioso sublinhar que só um indivíduo foi atraído pela Economia, quando a E. T. pode, tal como em relação à Engenharia, e mesmo com mais regularidade, conduzir a esse curso. É provável, por conseguinte, que a expressão «engenheiro» conote um sentimento de posição social mais elevada e atraente, o que introduziria no relativo realismo dessa escolha («engenheiros») um certo peso de «sonho»... De qualquer modo, e em resumo, os alunos da E. T. inclinaram-se, na generalidade, para profissões de qualificação média, adaptadas ao tipo de ensino frequentado. Os desejos «oníricos» não foram muito longe, limitando-se, muitas vezes, a pretender o melhor dentro do médio.

Também os alunos do sexo masculino do L. N. foram realistas, mas num outro nível. Escolheram profissões de qualificação superior, que são, na realidade, aquelas a que conduz, em princípio, o ensino liceal, tal como tem existido no nosso país. Apenas um aluno falou no magistério primário.

Passemos ao quadro n.º 23 e verifiquemos que *as raparigas elegeram principalmente a profissão de «professora»*. Mas, também no seu caso, com consciência das facilidades oferecidas pelos cursos frequentados. As professoras mencionadas na E. T. são do magistério *primário*. No L. N.

Profissões preferidas pelo sexo feminino e por escolas

[QUADRO N.º 23]

E. T.			L. N.		
Número de ordem	Profissão escolhida	Número de alunos	Número de ordem	Profissão escolhida	Número de alunos
1	Professora primária	36	1	Professora secundária	52
2	Empregada bancária	13	2	Médica	32
3	C. T. T.	10	3	Engenheira	15
4	Empregada de escritório ...	10	4	Hospedeira	8
5	Enfermeira	10	5	Advogada	4
6	Funcionária	9	6	Empregada bancária	4
7	Professora secundária	9	7	Farmacêutica	4
8	Hospedeira	6	8	Enfermeira	3
9	Professora de ginástica ...	5	9	Pediatria	3
10	Professora de labores e de- senho	4	10	Empregada de escritório ...	2
11	Professora de caligrafia ...	3	11	Professora de ginástica ...	2
12	Analista	3	12	Psicóloga	2
13	Contabilista	3	13	Arqueóloga	1
14	Engenheira	2	14	Arquiteta	1
15	Médica	2	15	Pintora e escultora	1
16	Regente agrícola	2	16	Dactilógrafa	1
17	Secretária	2	17	Decoradora	1
18	Pára-quedista	2	18	Economista	1
19	Actriz de teatro	1	19	Educadora de infância ...	1
20	Cabeleireira	1	20	Escritora e pintora	1
21	Educadora de infância ...	1	21	Intérprete	1
22	Manequim	1	22	Professora primária	1
			23	Regente agrícola	1
			24	Secretária	1
			25	Tradutora	1
			26	Turismo	1
			27	Ajudar os outros	1
	Total das escolhas	135		Total das escolhas	146
	Nulos	17		Nulos	24
	Total dos alunos	152		Total dos alunos	170

são do ensino *secundário*. O desnível é evidente, sendo relevante a «consciência do futuro» a que cada curso aparece associado. Não se pode, por outro lado, afirmar que foi por acaso que as alunas da E. T., socialmente menos favorecidas, escolheram profissões mais modestas que as visadas pelas colegas da escola caracterizadas por origens de *status* superior.

Continuando: na E. T., as 33 escolhas seguintes à principal repartem-se por actividades consequentes com o curso frequentado pelas alunas dessa escola: «empregada bancária», «empregada dos C.T.T.» e «empregada de escritório». No L. N., as segundas e terceiras posições, num total de 47 escolhas, vão para «médica» e «engenheira». Observe-se, no total das duas escolas, a atracção exercida por «hospedeira» (14 casos) e o pouco interesse pelo professorado primário no L. N.: apenas 1 caso.

Em geral, as observações feitas para os rapazes são válidas para as alunas. Pode-se resumir, por isso, dizendo que, para qualquer dos sexos, *os jovens sabiam até onde podiam desejar ir*. Não se pode concluir, na generalidade, que os jovens frequentavam esta ou aquela escola conforme desejavam ser isto ou aquilo no futuro. Vê-se, sim, que a frequência das escolas e as suas origens familiares lhes moldavam os desejos e lhes incutiam os valores a procurar atingir.

5.3 Que razões indicaram os alunos para justificar a sua inscrição no curso que estavam a tirar? Atente-se no quadro n.º 24.

À primeira vista saltam os 12 % de respostas dos alunos da E. T. dizendo que se inscreveram no curso «por ser mais fácil». Não nos deixemos impressionar, todavia. Tentaremos determinar, adiante, o que significa essa percentagem.

Razões apontadas pelos alunos para a frequência dos respectivos cursos, por escolas

[QUADRO N.º 24]

[Percentagens]

Razões	L. N.	E. T.
Ser mais fácil	2	12
Possibilitar continuar a estudar ..	42	15
Ser melhor para o futuro	48	51
Ser mais barato	1	6
Conhecer alguém nele ou com ele ...	6	14
Haver reprovado noutro	1	2
Total das respostas ...	100	100

Pegando no quadro pelo princípio, qual é a classe modal por escolas? Em ambas, o maior número de respostas concentra-se no motivo de o curso ser o «melhor para o futuro». É um tipo de resposta *normal*, que traduz a indecisão de quem respondeu, especialmente no caso da E. T. Um aluno desta escola, ao resolver marcar essa resposta, sabendo da existência do curso do liceu — o próprio questionário a lembrava —, fê-lo, ou inconscientemente, o que nos não parece ter acontecido na generalidade dos casos, ou por nunca ter pensado propriamente na questão. Neste último caso, sem dúvida o mais corrente, frente à necessidade de responder e sendo a resposta mais geral, mais vaga, marcou-a. Sabe-se, porém, o que «empurra» os alunos para a E. T.: é uma realidade que, no entanto, a maioria dos alunos não quis reconhecer ao responder a esta pergunta, talvez por não o quererem fazer ao seu nível *pessoal*. (Teremos oportunidade de ver, quando apresentarmos o quadro seguinte, se eles reconhecem o peso dessa realidade na frequência *global* de cada escola.) Apenas 6 % dos inquiridos na E. T. registaram para si, individualmente, a razão económica: «por ser mais barato».

Pode-se agora procurar entender a percentagem relativamente alta, na E. T., das respostas «por ser mais fácil». Quem respondeu desta maneira sabe porque foi para a E. T. e não hesitou na resposta. Foram, certamente — é a nossa interpretação —, alunos que tinham possibilidades de frequentar o L. N., mas não o quiseram fazer. Preferiram matricular-se num curso

reputado como acessível aos que «não gostam de estudar». Consequentemente, este tipo de resposta não invalida as razões que têm sido apontadas, ao longo do nosso trabalho, como relevantes na «escolha» de um ou do outro estabelecimento escolar. Os alunos determinados por estas razões encontravam-se seguramente na E. T., entre os que responderam que o curso é «melhor para o futuro», «mais barato» ou «por conhecer alguém nele», isto para indicar somente os de maior certeza.

Aproveite-se para sublinhar a importância da última resposta citada: 14 %. É de atribuir tal resposta a alunos provenientes de famílias que pouco conhecem sobre o ensino secundário. Assim, acabaram por inscrever os filhos onde os amigos destes estão ou estiveram. É de notar que este fenómeno acontece mais frequentemente na E. T. Corresponde ao que se conhece sobre as características socioeconómicas das famílias da escola: é provável que algumas delas, as dos estratos mais baixos e mais afastados da «sociedade urbana», desconhecendo o caminho a dar aos seus filhos, sigam então o exemplo dos vizinhos socialmente «acessíveis», do seu mesmo estrato social, e os enviem para a E. T. Lembremos que os contactos sociais são preponderantemente endógenos, se processam dentro do mesmo estrato social.

No L. N., a resposta «melhor para o futuro», a mais frequente, é uma resposta adequada. Na verdade, o tipo de futuro permitido por essa escola tem sido, potencialmente, «mais aberto» que o facilitado pela E. T. O que não impede que alunos do L. N. tenham dado essa resposta por também nunca haverem pensado no assunto. Seja qual for a interpretação, a resposta corresponde a uma situação real. Também se aperceberam dessa realidade os 42 % que reconheceram no curso do L. N. uma «possibilidade de continuar a estudar». A percentagem é bastante grande, mostrando bem as intenções que animam a população do L. N., como aliás também as mostra o quadro n.º 25. De facto, 70,4 % dos alunos do L. N. declararam que queriam continuar a estudar.

Atitudes perante a continuação dos estudos por escolas

[QUADRO N.º 25]

Continuação dos estudos	E. T.		L. N.	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Não querem	58	21,6	10	3,9
Sim, querem	69	25,8	181	70,4
Ainda não sabem	141	52,6	66	25,7
Total	268	100,0	257	100,0

Na E. T., apenas 21,6 % dos alunos afirmaram abertamente não querer continuar a estudar. O número dos que queriam prosseguir os estudos era superior (25,8 %); mas uma grande percentagem (52,6%, contra apenas 25,7 % no L. N.) «ainda não sabia». Nós, porém, sabemos que os alunos da E. T., mesmo os que, sem reservas, queriam continuar a estudar, não tinham muitas possibilidades de o fazer. Além de que muitos não iriam chegar sequer ao fim do próprio curso secundário, como já o deixámos prever, por razões cuja responsabilidade se lhes não pode atribuir.

5.4 Vamos seguidamente tentar apreender o que pensavam os alunos acerca da escola que frequentavam e acerca da outra, a que não frequentavam. É a ocasião de desvendar as opiniões dos jovens interrogados sobre as possibilidades de acesso às duas escolas. Crê-se que será aqui que se poderá entrar mais directamente na referida «consciência social», expressão que encabeçou este capítulo do nosso trabalho.

Tomemos, para o efeito, os quadros n.ºs 26 e 27. O primeiro revela as opiniões dos alunos de cada uma das escolas sobre o tipo de pessoas

«A quem serve a escola técnica», segundo os alunos das duas escolas

[QUADRO N.º 26]

[Percentagens]

Tipos de opinião	E. T.	L. N.
Só para os mais inteligentes	1	1
Para as pessoas do campo	4	5
Para os que têm pouco dinheiro	13	9
Para os menos inteligentes	1	4
Para todas as pessoas	81	81
Total	100	100

que se inscreveram na E. T. As opiniões em cada escola sobre o tipo de pessoas que frequentam o L. N. encontram-se no quadro n.º 27.

«A quem serve o liceu nacional», segundo os alunos das duas escolas

[QUADRO N.º 27]

[Percentagens]

Tipos de opinião	E. T.	L. N.
Só para os mais inteligentes	6	4
Para os menos inteligentes	—	—
Para todas as pessoas	62	82
Só para os que têm dinheiro	15	10
Só para as classes mais altas	17	4
Total	100	100

5.4.1 A quem serve a E. T.?

A esta pergunta, os alunos de cada escola responderam de modo muito semelhante, se bem que na graduação das respostas haja diferença. *O grosso dos interrogados consideram que a E. T. se destina a «todas as pessoas»*: percentagens de opinião iguais entre os alunos de ambas as escolas. A E. T. aparece ligada, pelo que se vê, a uma imagem «democrática», vista quer pelos seus alunos, quer pelos do L. N. Vimos que assim não era quando se comparou a estrutura socioeconómica da população que a ela acorre com a do distrito. Era, no entanto, dos dois estabelecimentos, o que mais se aproximava de uma escola «aberta», o que pode explicar a percepção dos inquiridos. *Além de não nos podermos esquecer de que a pergunta sugeria uma comparação e de que, neste caso, ela era, de facto, «para todos», com algumas reservas. Voltando ao quadro, verifica-se, de resto,*

que certos alunos (digamos: 17 % na E. T. e 14 % no L. N.) se apercebiam de que a E. T., quando pensada frente ao L. N., não é de facto para todos.

As respostas dos alunos do L. N. sobre a outra escola dividem-se, além da referida, por mais três hipóteses. A mais saliente refere-a como destinando-se «aos que têm pouco dinheiro». Ao lado existem respostas que vêem esse estabelecimento recomendado «para as pessoas do campo» e, segundo outros, «para os menos inteligentes». A distribuição das respostas fornecidas pelos alunos da E. T. é coincidente, se bem que as percentagens divirjam. É útil comparar as opiniões expressas. Houve um conjunto de alunos, em ambas as escolas, que ligaram a frequência da E. T. a razões socioeconómicas: segundo eles, destinar-se-ia aos «mais pobres». Em termos de cotejo interescolar, esquecendo a sociedade global, já sabemos apreciar a validade deste tipo de resposta. *Importa, no entanto, salientar que um determinado número de interrogados apreenderam a realidade — e, mais ainda, que a consciência do facto foi mais forte por parte dos alunos da E. T. Estes mostraram estar mais sensibilizados pela estratificação social que os seus colegas do L. N.* Poucos se deixaram suggestionar por respostas do tipo «para as pessoas do campo», embora esta ideia ainda estivesse muito ligada aos valores dos inquiridos; muito menos por razões do tipo «menor inteligência». Os alunos do L. N. foram mais sensíveis a estes dois géneros de resposta, embora tenham respondido mais frequentemente «para os que têm pouco dinheiro». Estes alunos têm uma consciência da realidade social mais diluída quando confrontados com os da E. T. Esta observação comprova-se, com mais força, no quadro n.º 27.

5.4.2 A quem serve o L. N.?

Um número impressionante de alunos do L. N. (82 %) considerou que a sua escola serve a todas as pessoas (ver quadro n.º 27). A questão não lhes levantou qualquer interrogação, parecendo-lhes tão «evidente» que o L. N. se destina a todos, como lhes fora «óbvio» que a E. T. se abre igualmente a todas as pessoas. Ainda sobre as opiniões dos alunos do L. N., 14 % das respostas inclinaram-se para os critérios socioeconómicos de selecção. No entanto, as respostas «só para os que têm dinheiro» foram duas vezes e meia mais frequentes que as «só para os alunos das classes mais altas». *Mostraram-se, em consequência, mais sensíveis às diferenças meramente económicas que às diferenças sociais ou socioeconómicas.* Não deram, em suma, uma «perspectiva de classe» às suas respostas.

Na E. T. aconteceu o contrário. *Os seus alunos revelaram captar melhor as estruturas e os dinamismos sociais do que os seus camaradas do L. N.* A percentagem de indivíduos «fora da realidade» (atrevemo-nos a empregar esta expressão) foi de 62 % (contra os 82 % do L. N.). Os 6 % que falaram em motivos de inteligência reflectem, digamos, um determinado tipo de interpretação ideológica existente. Mas *bem expressivos são os 32 % das respostas que sobram.* Antes de tudo, é um número relevante de opiniões próximas da realidade. O realismo da E. T. reafirma-se perante o L. N.: utilizando apenas este indicador, temos 32 % contra 14 %. Descendo mais ao fundo da questão, vemos que o maior realismo demonstrado pela E. T. é igualmente de leitura diferente. Enquanto o L. N. foi sensibilizado, preferencialmente, como já observámos, pelas diferenças na apropriação meramente económica, a E. T. aproximou-se mais do âmago do problema, salientando diferenças que têm a ver com a estatificação social. De facto,

17 % das respostas dos alunos da E. T. consideraram o acesso ao L. N. condicionado pela pertença às «classes mais altas».

Em resumo, pode-se afirmar que as categorias socioeconómicas mais baixas se revelaram, no nosso estudo, como *portadoras de uma consciência mais apurada das realidades sociais*. Efectivamente, *as origens e/ou as inter-relações preferenciais entre pessoas do mesmo estrato ou de estratos afins determinam a sua percepção das forças e dinamismos sociais*. Neste momento do nosso estudo mostra-se *tendencialmente mais correcta a percepção revelada pelas categorias económicas e sociais mais baixas*.

Esta parece ser a principal conclusão que nos permite o quadro n.º 27.

5.5 Os quadros n.ºs 28 e 29 resultam das respostas obtidas à última pergunta do questionário. Esta procurava obter o parecer dos alunos sobre a sua situação económica familiar.

**Opiniões dos alunos sobre a sua situação económica familiar,
por tipos de situação**

E. T.

[QUADRO N.º 28]

[Percentagens]

Tipos de situação familiar	Categoria socioeconómica						Média geral
	I	II	III	IV	V	Outras	
Pobre	12,3	5,7	5,7	3,7	—	20,0	9,7
Remediada	87,0	84,9	88,6	85,2	—	80,0	86,2
Mais ou menos rica	0,7	9,4	5,7	11,1	—	—	4,1
Rica	—	—	—	—	—	—	—
Muito rica	—	—	—	—	—	—	—
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0	100,0

Pareceu oportuno dar a conhecer este quadro no final do nosso trabalho. Primeiro, por se tratar de uma apreciação dos alunos sobre um assunto definido como objecto fundamental desta pesquisa. Termina-se, deste modo, a investigação conjugando as posições socioeconómicas *reais* com as *apercebidas* pela população inquirida. Em seguida julgou-se mais oportuno apre-

**Opiniões dos alunos sobre a sua situação económica familiar,
por tipos de situação**

L. N.

[QUADRO N.º 29]

[Percentagens]

Tipos de situação familiar	Categoria socioeconómica						Média geral
	I	II	III	IV	V	Outras	
Pobre	8,2	5,9	1,4	—	—	5,0	3,5
Remediada	85,7	68,6	69,0	73,0	20,7	60,0	66,5
Mais ou menos rica	6,1	25,5	25,4	24,3	62,1	35,0	26,5
Rica	—	—	4,2	2,7	13,8	—	3,1
Muito rica	—	—	—	—	3,4	—	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

sentar o quadro só depois de revelados os precedentes. Encadeiam-se e completam-se, pelo que é conveniente apresentá-los juntos e nesta ordem.

5.5.1 No quadro n.º 28 encontramos as apreciações dos alunos da E. T. sobre as respectivas famílias. Foram poucos os que *não* indicaram uma posição «remediada»: 13,8 %, como se pode ver na última coluna. Era previsível que as respostas se aglomerassem à volta do tipo de família «remediada», pois que se trata de um género de apreciação «neutra»; nem baixa, nem alta. Os que não se incluíram nessa categoria dividiram-se em dois conjuntos desiguais. O mais numeroso, reunindo mais do dobro dos casos do outro — ou seja 9,7 % —, classificou-se como «pobre». Esta orientação corresponde às afirmações por nós anteriormente feitas sobre a escola. No pólo oposto estão 4,1 % das apreciações, referindo uma posição «mais ou menos rica». Esta percentagem não nos surpreende. Sabíamos já que na E. T. havia alunos originários de famílias de *status* elevado. O seu número, porém, não era grande, como anteriormente vimos. (Não corresponde, no entanto, à percentagem do quadro n.º 28. Este mostra apenas que as opiniões dos alunos se orientam, mais ou menos, no sentido da realidade, a qual já foi estudada nos capítulos precedentes.) Além da última coluna, à qual nos temos vindo a referir, existem mais seis colunas no quadro. As cinco primeiras não carecem de explicação. Quanto à sexta, respeita aos alunos que não tinham pai, ou que não responderam sobre ele de modo suficiente para permitir a sua inclusão numa das categorias anteriores. Note-se que a falta daquele elemento na família a empobrece, no sentido real da palavra: 20,0 % dos alunos deste conjunto manifestaram-se como «pobres». É o valor mais elevado da respectiva linha do quadro que estamos a examinar.

A percentagem de famílias consideradas como «pobres» pelos seus próprios membros (ou seja, pelos alunos) desce à medida que se avança nas categorias por nós elaboradas. Os alunos reflectem a tendência das categorias. Quanto às famílias «mais ou menos ricas», a tendência é para o crescimento acompanhando os estratos. Também aqui não há *coincidência qualitativa entre as opiniões expressas e as classificações realmente encontradas*.

5.5.2 As auto-apreciações familiares dos alunos do L. N. encontram-se no quadro n.º 29.

A última coluna — «média geral» — tem o sentido e a estrutura que acima traçámos para esta escola. Registe-se, porém, o importante significado assumido pelos estratos superiores na definição socioeconómica das famílias dos alunos: 30,0 % dos alunos classificaram-se como oriundos de núcleos que se encontram acima da situação «remediada». Note-se a diferença em relação à E. T.: nesta, apenas 4,1 % acima da posição «remediada». As diversidades interescolas identificadas ao longo do nosso estudo, sobretudo as socioeconómicas, descobrem-se de novo aqui, no confronto das opiniões dos alunos de cada estabelecimento de ensino.

Termine-se evidenciando a estreita relação que o quadro n.º 29 revela entre as opiniões e as categorias socioeconómicas respectivas. Observe-se especialmente o estrato v: nele, a percepção da realidade individual é tão marcada que só 20,7 % dos interrogados do estrato apontaram para a posição «remediada». A coluna «outros», que significa o mesmo que na E. T.,

tem uma estrutura absolutamente diferente da do quadro n.º 28; no L. N., a falta do pai não equivale forçosamente à pobreza da família.

5.6 Que se poderá dizer que resuma este capítulo?

Quando o aluno do L. N. é chamado a apreciar-se individualmente, eleva-se. Cada um é especialmente sensível à posição da sua família. Mas, quando integrado no todo, «perde-se», classifica-se — digamos — como «normal», manifesta pouca consciência social. O que vai de par com ser-lhe mais fácil aperceber desigualdades económicas do que diferenças socioeconómicas ou de situação social global.

O aluno da E. T. aprecia-se, individualmente, também como «normal», sem manifestar uma percepção aguda da situação de dependência da sua família. Porém, quando integrado no todo, perante o L. N., toma «consciência social», por oposição: continua a definir-se como «normal», mas sabendo, desta vez, que a sua família ocupa uma posição inferior à atribuível às dos alunos do L. N. Assim, contrariamente aos alunos da outra escola, ganha percepção da realidade em conjunto, mas perde-a quando isolado.

Isto, evidentemente, em termos de *tendências gerais*.

CONCLUSÃO

A concluir, lembramos a pergunta que formulámos nas últimas linhas da «Introdução» — mas alterando-lhe os termos e ampliando-lhe o alcance. Que utilidade poderá resultar de investigações como aquela de que acabámos de apresentar os resultados?, perguntamos agora. E queremos apenas sublinhar dois pontos fundamentais.

Essa utilidade será tanto maior quanto maior for a *representatividade a nível nacional* das pesquisas que se efectuarem e quanto mais essas pesquisas se realizarem, não esporádica ou ocasionalmente, como esta, mas *com continuidade*, isto é: repetindo-se em momentos sucessivos.

Numa sociedade que se quer mudada, a educação terá de mudar também. Por isso se planeiam e introduzem *reformas*. Mas os *efeitos* destas, os resultados sociais *objectivamente produzidos* pelas modificações politicamente adoptadas, carecem de ser *controlados*. E não há forma de efectivamente os controlar que não passe pelo seu prévio e exacto *conhecimento*. Essa a imediata e irrecusável utilidade de investigações sociológicas que, precisamente, produzam os conhecimentos *objectivos* indispensáveis ao exercício de um *contrôle* eficaz e à introdução das *correções* que, perante a experiência, se revelem necessárias.

Anexos

Distribuição das profissões ou ocupações dos avós paternos por sectores de actividade económica e escolas

SECTOR PRIMÁRIO

[QUADRO A₁]

Profissão do avô paterno	E. T.	L. N.
Agricultor	5	18
Campino	—	1
Feitor	8	3
Guarda-florestal	2	2
Hortelão	1	—
Jardineiro	1	—
Lavrador	17	33
Mineiro	1	—
Pastor	2	1
Pescador	1	—
Rabegão	1	—
Trabalhador rural	68	29
Vaqueiro	2	—
Total	109	87

Distribuição das profissões ou ocupações dos avós paternos por sectores de actividade económica e escolas

SECTOR SECUNDÁRIO

[QUADRO A₂]

Profissão do avô paterno	E. T.	L. N.
Albardeiro	1	—
Alfaiate	1	—
Valeiro	—	1
Canteiro	—	1
Cantoneiro	—	1
Capataz	1	—
Carpinteiro	9	4
Carroceiro	1	1
Carvoeiro	—	1
Corticeiro	3	3
Cozinheiro	1	—
Electricista	—	1
Ferreiro	2	3
Ferroviário	5	2
Fotógrafo	1	—
Lapidador	1	—
Latoeiro	1	—
Marítimo	1	—
Marceneiro	1	—
Mecânico	—	1
Motorista	1	3
Oleiro	1	—
Operário	2	3
Padeiro	4	1
Pedreiro	10	2
Pintor	1	—
Relojoeiro	1	—
Sapateiro	4	3
Total	53	31

**Distribuição das profissões ou ocupações dos avós paternos
por sectores de actividade económica e escolas**

SECTOR TERCIÁRIO

[QUADRO A₂]

Profissão do avô paterno	E. T.	L. N.
Advogado	—	2
Caixeiro	2	2
Comerciante	5	14
Contínuo	1	—
Criado	—	1
Desenhador	1	—
Empregado	—	5
Empregado bancário	—	1
Engenheiro	—	2
Funcionário	5	4
Gerente comercial	—	1
Guarda-fiscal	1	2
Guarda nacional republicano	5	4
Industrial	3	2
Médico	—	3
Mercador	—	1
Mestre-de-obras	—	1
Militar	4	4
Músico	1	—
Negociante	2	4
Professor primário	—	4
Professor secundário	—	1
Proprietário	4	16
Polícia de segurança pública	3	1
Serventuário	1	—
Tesoureiro	1	—
Total	39	75

**Distribuição das profissões ou ocupações dos avós maternos
por sectores de actividade económica e escolas**

SECTOR PRIMÁRIO

[QUADRO B₂]

Profissão do avô materno	E. T.	L. N.
Abegão	1	1
Agricultor	7	18
Campino	—	1
Feitor	6	2
Guarda-florestal	—	1
Hortelão	2	—
Lavrador	16	35
Mineiro	2	—
Pastor	2	—
Pescador	—	1
Trabalhador rural	81	40
Tractorista	1	—
Vaqueiro	—	1
Total	118	100

**Distribuição das profissões ou ocupações dos avós maternos
por sectores de actividade económica e escolas**

SECTOR SECUNDÁRIO

[QUADRO B₂]

Profissão do avô materno	E. T.	L. N.
Adequeiro	1	—
Alfaiate	—	1
Criador	1	—
Calceteiro	—	1
Canteiro	2	2
Cantoneiro	4	1
Capataz	1	—
Carpinteiro	7	2
Carroceiro	2	—
Carvoeiro	1	—
Corticeiro	3	—
Esparteiro	—	1
Ferreiro	1	—
Ferrovário	1	4
Marceneiro	1	1
Mecânico	—	5
Moleiro	2	—
Motorista	—	4
Oleiro	1	—
Operário	—	1
Pedreiro	9	1
Pintor	1	—
Sapateiro	5	5
Servente	2	—
Tipógrafo	1	—
Total	47	29

**Distribuição das profissões ou ocupações dos avós maternos
por sectores de actividade económica e escolas**

SECTOR TERCIÁRIO

[QUADRO B₃]

Profissão do avô materno	E. T.	L. N.
Aviador	—	1
Barbeiro	1	2
Bombeiro	—	1
Caixeiro	1	—
Caixeiro-viajante	—	2
Comerciante	10	11
Criado	2	1
Empregado	—	5
Empregado de mesa	1	—
Engenheiro	1	2
Funcionário	2	3
Guarda-fiscal	1	3
Guarda nacional republicano	2	2
Industrial	2	7
Médico veterinário	—	1
Mestre-de-obras	—	1
Militar	3	7
Negociante	2	—
Professor secundário	—	1
Proprietário	4	16
Polícia de segurança pública	4	1
Vendedor	—	2
Total	36	69

**Distribuição das profissões e ocupações dos pais por sectores
de actividade económica e escolas**

SECTOR PRIMÁRIO

[QUADRO C₁]

Profissão do pai	E. T.	L. N.
Agricultor	2	11
Ajudante de jardineiro	1	—
Emigrante	—	1
Feitor	2	3
Guarda-florestal	3	—
Lavrador	3	2
Regente agrícola	—	6
Trabalhador rural	48	8
Tractorista	4	—
Vaqueiro	1	—
Total	64	31

**Distribuição das profissões e ocupações dos pais por sectores
de actividade económica e escolas**

SECTOR SECUNDÁRIO

[QUADRO C₂]

Profissão do pai	E. T.	L. N.
Ajudante de camionagem	1	—
Albardeiro	1	—
Alfaiate	1	2
Caiador	2	—
Canteiro	4	1
Cantoneiro	1	1
Capataz	6	—
Carpinteiro	4	4
Cobrador	4	—
Correeiro	1	—
Corticeiro	2	4
Cozinheiro	1	—
Curtidor	1	—
Despachante	1	—
Empregado dos CTT	3	6
Estofador	1	—
Ferreiro	—	1
Ferrovário	6	4
Leiteiro	1	1
Lubrificador	1	—
Marceneiro	1	—
Mecânico	13	6
Motorista	17	10
Operário	3	4
Padeiro	5	1
Pasteleiro	1	—
Pedreiro	18	2
Peixeiro	—	1
Pintor	2	1
Sapateiro	1	1
Servente	5	—
Tipógrafo	—	1
Torneiro	3	1
Total	111	52

**Distribuição das profissões e ocupações dos pais por sectores
de actividade económica e escolas**

SECTOR TERCIÁRIO

[QUADRO C₃]

Profissão do pai	E. T.	L. N.
Administrador de empresa	—	2
Agente técnico	—	2
Ardina	1	—
Arquitecto	—	1
Barbeiro	1	1
Bombeiro	—	1
Caixeiro	6	5
Caixeiro-viajante	3	2
Comerciante	15	24
Conservador do registo predial	—	1
Contínuo	—	1
Criado	—	1
Desenhador	—	1
D. G. S.	—	1
Empregado bancário	—	6
Empregado de escritório	5	21
Enfermeiro	1	1
Engenheiro	—	7
Fiel de armazém	3	—
Fiel	1	—
Funcionário público	7	15
Futebolista	1	—
Gerente comercial	—	3
Guarda-fiscal	2	—
Guarda nacional republicano	6	4
Industrial	5	6
Inspector de vendas	1	—
Instrutor	—	1
Médico	—	4
Médico veterinário	—	4
Mestre-de-obras	2	5
Negociante	2	1
Oficial do exército	—	2
Procurador	1	—
Professor primário	1	—
Professor secundário	—	8
Proprietário	2	4
Polícia de segurança pública	3	4
Sargento	3	10
Serventuário	4	1
Técnico	1	—
Técnico de contas	—	1
Vendedor ambulante	—	2
Vendedor de automóveis	1	—
Total	78	154